

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESTÉTICA:
ARTE E AS PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

SAMARA CELSO RONCHI

MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
SABERES E FAZERES

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2010

SAMARA CELSO RONCHI

**MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
SABERES E FAZERES**

Monografia apresentada à Diretoria de Pós-graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC, para a obtenção do título de especialista em Educação Estética.

Orientadora: MSc.Mirian Jane Medeiros Plácido

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, que tudo vê e tudo sabe, que me guia e orienta, pois sem ele eu não teria chegado até aqui. Aos colegas do curso, especialmente àqueles que passaram por nossa turma da graduação, e às amigas Thayse e Danielli que me ajudaram em momentos difíceis, descontraindo os momentos de melancolia. Agradeço também toda a coordenação, corpo docente, funcionários e a todos que de uma forma direta ou indireta, trabalham para que seja dado o devido valor às artes e educação. Agradeço de maneira especial minha orientadora Mirian, que de forma atenciosa e paciente aceitou o convite e me auxiliou nesta pesquisa. Carinhosamente sou grata aos meus pais, que sempre me apoiaram em todas as decisões. Terminando agradecendo meu noivo Alex, uma pessoa muito especial, que me mostrou que a vida pode ser melhor, e me incentiva sempre a lutar pelos meus sonhos. A todas estas pessoas e outras que fizeram parte de minha carreira enquanto educadora, muito obrigada.

*“Há um tempo em que é preciso
abandonar as roupas usadas...
Que já têm a forma do nosso corpo...
E esquecer os nossos caminhos que nos
levam sempre aos mesmos lugares...”*

*É o tempo da travessia...
E se não ousarmos fazê-la...
Teremos ficado...para sempre...
À margem de nós mesmos...”*

Fernando Pessoa

RESUMO

Esta pesquisa partiu de uma dificuldade vivida em sala de aula, onde a partir da mesma, buscou-se investigar como um professor de Arte pode trabalhar com música na Educação Infantil, procurando compreender como acontece o processo de musicalização na infância e descobrir de que formas podem ser desenvolvidas experiências de musicalização com crianças da Educação Infantil. Neste sentido, procurou-se conceituar e caracterizar a música na Educação Infantil, discutindo o conceito de musicalização. Tratasse de uma pesquisa bibliográfica, com enfoque qualitativo. Em um primeiro momento, apresento uma breve introdução sobre a evolução do ensino da arte até os dias de hoje, investigando como a arte se faz presente nos currículos escolares. A seguir, discorro especificamente sobre a Educação Infantil e suas concepções de infância. Depois, relato um pequeno conceito sobre o que é música na educação, relacionando-a com a Educação Infantil. Em seguida, passo a dialogar sobre a musicalização na educação infantil: o que é música, como ela pode ser desenvolvida, seus conceitos e práticas correntes. Por conseguinte são apresentados relatos de atividades que foram desenvolvidas com crianças, que partem do pressuposto de fazer da música um momento importante e significativo na educação. Apresento a análise dos dados, considerando os pontos importantes da pesquisa, descrevendo e analisando os resultados. A partir dos estudos, observou-se que um professor de Arte pode trabalhar a música em sala de aula na Educação Infantil. Percebeu-se que a música estimula o convívio e integração das crianças na sociedade, além de ser um indicador de esperança, onde a criança pode se desenvolver, sentindo-se confiante, percebendo que é capaz de alcançar seus objetivos. Ela pode ser uma aliada muito importante para o desenvolvimento do aluno quanto à atenção, autoconfiança, respeito com os colegas, professores e demais funcionários da escola.

Palavras-chave: Ensino da Arte, Linguagens Artísticas, Musicalização, Educação Infantil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais.

E.I – Educação Infantil.

PNE – Plano Nacional da Educação.

CNE – Conselho Nacional da Educação.

MEC – Ministério da Educação e Cultura.

DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais.

CD – Compact Disc (Disco Compacto).

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. EDUCAÇÃO, ARTE E MÚSICA.....	15
3. CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	20
3.1 Breve histórico da educação infantil.....	20
3.2 Os ambientes de aprendizagem e os recursos pedagógicos.....	27
4. MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	31
4.1. O que é música.....	31
4.2. A linguagem musical é importante para as crianças?.....	36
4.3. A musicalização e o lúdico.....	40
5. CONCEITUANDO A PESQUISA.....	49
6. EXPERIÊNCIAS E SUGESTÕES.....	51
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	63
ANEXOS.....	66
ANEXO A - Lei que torna a música obrigatória.....	67
ANEXO B - Música em todas as escolas.....	68
ANEXO C - Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008.....	69

1. INTRODUÇÃO

A Arte está presente na nossa vida. Frequentemente nos deparamos com as diversas manifestações artísticas na TV, rádio, em revistas, pelas ruas (seja na arquitetura, em outdoors, placas, faixas, ou mesmo nas apresentações em praças ou locais públicos). Ela estimula a curiosidade e imaginação, é um meio de expressão individual e coletiva, capaz de transmitir conhecimentos em diversas épocas e localidades. Por meio da arte pode-se expressar sentimentos, sonhos e angústias interiores. A arte é muito importante na escola e também fora dela, pois nos faz sentir, experimentar, observar, imaginar, criticar, a construir nossa personalidade, além de nos oportunizar o encontro com um mundo novo - diferente daquele que estamos acostumados a ver. Ela promove o desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos necessários a diversas áreas de estudos, mas o fato principal de ela estar inserida no currículo escolar, é o seu valor como construção humana, patrimônio comum a ser apropriado por todos.

A arte-educação, ao longo dos anos, ultrapassou barreiras, superou os estigmas de uma disciplina tida como secundária e conquistou seu espaço no currículo escolar, surgindo hoje para os futuros profissionais desta área como uma forma de possibilitar aos alunos experiências significativas e marcantes dentro e fora das salas de aula.

O papel do professor é importante para que os alunos aprendam a apreciar arte e estar em contato com as múltiplas linguagens que ela nos oferece (teatro, música, cinema, poesia, arte digital entre outros) incentivando seu gosto por ela ao longo da vida. Para que isso ocorra, trazer conteúdos de arte do ambiente de origem e do cotidiano dos estudantes para sala de aula é uma boa e motivadora escolha curricular. Cabe ressaltar ainda o estímulo à preservação das culturas e de criar um sentimento de orgulho da própria cultura de origem e de respeito à dos outros, condição fundamental para uma relação não preconceituosa com a diversidade cultural.

A música como uma linguagem artística também está presente em todas as culturas, em diversas situações: festas, manifestações políticas, rituais religiosos, danças, lutas e inclusive na morte, expressando as alegrias e inquietações da

comunidade. Outrossim, as crianças entram em contato com a cultura musical desde muito cedo, e começam a apropriar-se do repertório cultural em que estão inseridas.

Foram nas aulas de Educação Artística¹ que descobri que todos nós temos um potencial criador que precisa ser estimulado e praticado para ser desenvolvido. Anos mais tarde surgiu uma dúvida: qual curso de graduação frequentar? Por já ter algum contato com a História da Arte e com os prazeres que a vivência artística nos proporciona, escolhi o Curso de Artes Visuais. Depois, ao seguir a carreira profissional de educadora, tentei aplicar os conhecimentos em prática na sala de aula. No entanto, muitas dificuldades foram encontradas para se trabalhar com crianças, especialmente as da Educação Infantil. Elas têm características muito específicas: cada uma aprende e prefere um tipo de exercício artístico; gostam de expressar-se de formas variadas ao mesmo tempo; interessam-se a participar das atividades se fizermos um exercício diferente e que envolva o grupo. Na Educação Infantil as crianças são carismáticas e dispostas, mas ao mesmo carecem de atividades em que elas possam expressar-se individualmente mostrando seus saberes.

Desde cedo, a criança demonstra interesse por ritmos e sons musicais e este conteúdo mostrou-se especialmente relevante ao lidar com os pequenos. Desta forma, no pouco tempo de trabalho como professora de Artes, percebi a importância da valorização da música no desenvolvimento da criança. Quando se trabalha com a criança algo que lhe é familiar, as aulas tornam-se mais atrativas para ela e o conhecimento ocorre de forma mais natural e interessante. Mas o fato de ser formada em Artes Visuais deu-me certa insegurança de trabalhar com esse tema em sala, já que meu conhecimento sobre música era superficial, sendo mais espectadora e apreciadora desta forma de arte, do que produtora ou estudiosa da área.

Diante disso, o trabalho que se apresenta, impulsionado pelas dúvidas surgidas diante de questionamentos e indagações constantes, é resultado da busca por compreender como acontece o processo de musicalização na Educação Infantil, especialmente nas aulas de artes, e como o estudo, a pesquisa e a postura do professor pode contribuir para este aprendizado. Sendo assim, esta monografia

¹ Educação Artística, segundo os conceitos de Fusari e Ferraz (2001), refere-se à disciplina incluída no currículo escolar pela lei 5692/ 71, numa tentativa de melhorar o ensino da Arte através de atividades artísticas com ênfase no processo expressivo e criativo dos alunos.

constitui-se em uma proposta de análise sobre a importância do trabalho com a música na Educação Infantil, e de que forma esse tema pode ser combinado em sala de aula.

Assim, no intuito de estabelecer uma aproximação da Música (especialmente através da musicalização) com a Arte Educação, a questão problema que norteou nosso estudo foi: como um professor de Arte pode trabalhar com música na educação infantil. Assim, temos como objetivo geral analisar de que forma podem ser desenvolvidas experiências de musicalização com crianças da Educação Infantil. Os objetivos específicos assinalam-se em: conceituar e caracterizar a música na Educação Infantil; discutir o conceito de musicalização; compreender como acontece o processo de musicalização na infância.

Tendo consciência da falta de pessoal especializado para trabalhar com música, minha intenção é chamar atenção para o fato de que música não é dom, que todos podem e devem fazer música, para que possam ampliar suas possibilidades musicais.

Neste sentido cabe apontar a estrutura do trabalho: o Primeiro Capítulo refere-se à introdução, sendo que o Segundo Capítulo desenvolveu-se apresentando algumas idéias sobre Educação e sua relação com a Arte e a Música. No Capítulo Três discorre-se sobre as concepções de educação infantil. No Capítulo Quatro (Música na Educação Infantil) tratou-se das principais características de música na educação, sua importância no desenvolvimento de crianças e de que forma isso pode acontecer. Além disso, este capítulo traz o conceito de musicalização e a relevância do lúdico no contexto da infância. No Capítulo Cinco apresentam-se as atividades desenvolvidas pelos professores de Educação Infantil. No Capítulo Seis faz-se uma explanação sobre os procedimentos metodológicos adotados no decorrer dos estudos.

A coleta de dados ocorreu através de pesquisa bibliográfica com busca de relatos sobre experiências com música na Educação Infantil. Além disso, conta com análise interpretativa e crítica dos dados pesquisados, procurando associar as ideias expressas pelos autores aqui referenciados com outras pessoais, que foram os materiais usados para a análise.

Finalmente, encerramos o estudo com algumas considerações finais que não pretendem ser uma conclusão, mas sim, um convite à reflexão sobre os pontos

aqui apresentados e outros, relativos ao Ensino da Arte, seguidos da exibição das Referências e dos Anexos.

A motivação para este estudo partiu de uma experiência pessoal, sendo que a escolha por este tema justifica-se porque acredito na importância da música para uma vida melhor. Encontramos a fundamentação teórica e a análise dos dados, nos capítulos que se seguem.

2. EDUCAÇÃO, ARTE E MÚSICA

A educação sempre foi tema de discussões na sociedade. E este assunto torna-se sempre mais polêmico, quanto mais evoluída tecnologicamente e menos humanizada fica a sociedade. Não há um único modelo ou forma de educação, assim como a escola não é único lugar onde ela ocorre. A educação pode acontecer de duas maneiras: informal ou formalmente. Brandão (2006, p. 11) ao falar de educação ressalta que:

Ela ajuda a pensar tipos de homens. Mais do que isso, ela ajuda a criá-los, através de passar de uns para outros o saber que os constitui e legitima. Mais ainda, a educação participa do processo de produção de crenças e idéias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força.

Brandão afirma assim que, como outras práticas sociais, a educação atua sobre a vida e o crescimento da sociedade na medida em que desenvolve suas forças produtivas e seus valores culturais. Ela é uma parte da cultura², que tanto pode reproduzir saberes, como também ser um dos meios de realização de mudança social, ou um recurso de adaptação das pessoas a um mundo em mudança. No entanto, em seu estudo, o autor não nega que a educação também pode ser pensada como algo que preserva, no sentido de que ela é capaz de permitir que as tradições, os costumes e valores de um povo sejam repassados de geração em geração através da escola. A educação pode ainda preparar as pessoas para o trabalho, o que nos leva a pensar que “mais do que poder, portanto, ela atribui *compromissos* entre as pessoas” (BRANDÃO, 2006, p.102).

A arte também se faz presente no mundo desde as primeiras manifestações da sociedade relacionando o Homem com o mundo que o cerca, através das suas formas de expressão como linguagem, interpretação e representação humana. É uma forma do ser humano expressar suas emoções, sua história e sua cultura através de alguns valores estéticos, como beleza, harmonia, equilíbrio.

² Cultura, num sentido mais generalizado, pode ser entendida como o complexo conjunto dos padrões de comportamento, crenças, das instituições e outros valores transmitidos coletivamente e típicos de uma sociedade ou civilização, onde incluem-se as manifestações artísticas.

A arte pode ser representada através de várias formas, em especial na música, na escultura, nas artes plásticas (como pintura), no cinema, na dança, entre outras. Após seu surgimento, há milhares de anos, a arte foi evoluindo e ocupando um importantíssimo espaço na sociedade. O ensino da arte foi legalmente inserido na grade curricular educacional por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação sancionada em 1971. Até esta data, passou por uma trajetória que muito se difere do que se busca hoje para o ensino da arte. No início, a arte servia apenas para efeitos de reprodução, de desenhos técnicos e mecânicos.

Com a inserção formal da LDB nas escolas, a arte foi evoluindo, e hoje se tem um cenário aberto à busca de vivências significativas e conteúdos capazes de proporcionar ressignificações³ dentro e fora da sala de aula. Com base nos artigos da Nova Constituição, de 1988, e finalmente firmada na LDB 9394/96, na qual o artigo 26, parágrafo 2º, determina que: “O ensino de arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da Educação Básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (CARNEIRO, 2002, p.91) a arte tornou-se disciplina fundamental da educação básica. Felizmente, o ensino da arte tornou-se obrigatório em todos os níveis da educação e podemos dizer que isso só vem beneficiar os alunos, pois a arte ocupa na escola um papel transformador, capaz de possibilitar aos indivíduos que dela se apropriam, a formação de uma consciência crítica e social.

Sendo uma forma de expressão, assim como as demais linguagens artísticas, o fenômeno musical também é uma constante em todas as culturas. A música é a linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio da organização e relacionamento expressivo entre o som e o silêncio (CAMPOS E KRZESINSKI, 2006, p.115). Mesmo que o papel da música e suas formas de organização tenham se modificado ao longo dos anos, certas tradições do fazer e do ensinar por imitação e por ouvido devem ser consideradas na aprendizagem musical pois: “(...) o contato intuitivo e espontâneo com a expressão musical desde os primeiros anos de vida é importante ponto de partida para o processo de musicalização”(CAMPOS E KRZESINSKI, 2006, p.115).

³ Resignificar de uma forma simplória quer dizer dar um novo significado, criar novos valores que sejam claros. Pode ser considerado também como algo que tinha um significado e é elaborado de uma maneira mais clara, com revelações interessantes.

A música é uma linguagem universal, variando de cultura para cultura, envolvendo a maneira de cantar, tocar, organizar os sons e definir notas básicas e seus instrumentos. Sua história começa na pré-história, quando o homem começou a fazê-la por meio de gritos, batidas, apitos, uso do corpo ou de instrumentos confeccionados com materiais naturais (pedaços de madeira, de chifres, etc.). Sendo um fenômeno sonoro, a música só pode ser pensada, construída, descoberta, manipulada, refletida, com sons, pois ela é presença concreta e assim se realiza. Dessa forma, ela é um objeto de conhecimento que deve ser descoberto pelas crianças a partir de seu fazer musical. Em verdade, para que haja música, deve haver movimento, pois cada som nasce do movimento.

Para Cantele (1980 apud CAMPOS E KRZESINSKI, 2006, p.115), os gregos foram os primeiros a pensar em novas dimensões para sua música, contribuindo para sua pedagogia já que a consideravam tanto quanto as outras disciplinas na formação dos seus cidadãos: “A palavra música vem do grego Mousike, em homenagem às nove musas que eram as deusas da inspiração. Nas festas e em homenagem aos deuses, o acompanhamento musical sempre se fazia presente”.

A música constitui-se basicamente de uma sucessão de sons e silêncio organizada ao longo de um tempo e é considerada uma prática cultural entre os homens de todas as épocas. Atualmente não se conhece nenhuma civilização ou agrupamento que não possua manifestações musicais próprias. A música é considerada uma forma de arte, embora nem sempre seja feita com esse objetivo. Além disso, é o resultado de longas e incontáveis vivências individuais de civilizações musicais diversas.

De acordo com LINO (2006), a noção do conhecimento em música surge da ação da criança com a música, cuja característica fundamental é o movimento simultâneo e sucessivo de seus elementos (duração, altura, intensidade, timbre). Assim, dentro de um processo ativo e lúdico, a criança poderá construir seu conhecimento musical, quando interagir com os objetos sonoros existentes em seu contexto social.

Entende-se por objeto sonoro todo o objeto produzido ou percebido como som, desde que organizado dentro de uma perspectiva estética intencionada como música ou como ato de audição. Nesse caso, envolverá tanto o som da voz e instrumentos musicais definidos, quanto ruídos, buzinas, campainhas, canto de aves ou demais sonoridades de nossa

paisagem sonora. O que define o objeto sonoro é a organização integrada dos elementos sonoros construídos pelo homem com música. (LINO, 2006, p. 64)

Segundo ela, a linguagem musical é organização do som, estruturado numa forma que estabelece relações e gera significados, provenientes da coordenação e ordenação integrada do sujeito, do objeto sonoro e de seu meio sociocultural. Além disso, os sons têm a possibilidade de despertar lembranças e simbolizar vivências.

Para Pillotto e Schramm (2001) à medida que o contato com os sons ocorre, sejam as crianças musicais ou não, estes passam a ter uma significação, mediante as experiências vividas, há o estabelecimento de um sistema simbólico nos indivíduos, referente ao código musical. Para as estudiosas, o ensino de música no Brasil sofreu sempre influência predominante da cultura européia, seja no período da colonização quando o ensino estava a cargo dos jesuítas, ou no decorrer dos demais períodos da história. Somente em 1848 é que passou a existir uma escola regular de música, com o início do funcionamento do Conservatório do Rio de Janeiro, que mais tarde foi transformado na Escola de Música da Universidade Federal. No futuro, no governo imperial e republicano, foram promulgados decretos regulamentando o Ensino Fundamental e Ensino Médio que determinavam a inclusão de conteúdos musicais nesses níveis de ensino.

Ainda de acordo com o estudo das autoras Pillotto e Schramm (2001), João Gomes Júnior – músico e estudioso, com formação aprimorada por estudos feitos na Europa – propôs no início deste século, nas escolas em São Paulo, o ensino musical através de conteúdos teóricos e do canto coletivo orfeônico. Posteriormente, com o advento da Semana de 22 e o advento do Estado Novo, reformas educacionais foram promovidas e impulsionaram as artes. Para as referidas autoras, a educadora Liddy Chiaffarelli, sabendo das tendências educacionais da época, promoveu experiências relacionadas à musicalização infantil, com uma iniciação musical baseada na proposta da livre-expressão musical (canto orfeônico, iniciação musical, livre-expressão) além de que teatro, dança, música e artes plásticas envolviam-se para a produção dos eventos artísticos. Com a publicação da lei 5692/71, os professores tornavam-se cada vez mais polivalentes e essa característica manteve-se até meados dos anos 80. Iniciou-se na década de 80 uma movimentação por parte dos professores de arte, a fim de promover uma

arte-educação fundamentada onde a meta a ser buscada era resgatar a especificidade de cada uma das linguagens artísticas. Asseguram Pillotto e Schramm (2001, p.84) “que com essa nova postura, as artes e a música passaram a ser entendidas como uma área de conhecimento construída ao longo da história e possuidora de uma linguagem própria”. Por ser detentora de linguagem própria e percebida como área de conhecimento é que buscou-se a especificidade de cada linguagem artística.

Segundo os PCN (2000, p.79), o ensino da arte se divide em quatro linguagens: A das Artes Visuais, Música, Dança e Teatro. A relação do ensino da arte com diferentes disciplinas do currículo escolar está bem colocada quando diz que o aluno que conhece arte pode estabelecer relações mais amplas quando estuda um determinado período histórico. Um aluno que exercita continuamente sua imaginação estará mais habilitado a construir um texto, a desenvolver estratégias pessoais para resolver um problema matemático. Assim, podemos ressaltar que um aluno que aprende arte estimula sua capacidade de concentração e análise, o que permite a assimilação de assuntos diversos como os exemplos citados acima. Na visão de muitos especialistas, a arte está voltada à pintura, desenho, criações visuais, mas o ensino da arte vai além, pois o aluno não só deve ser estimulado visualmente, mas também na expressão corporal e auditiva.

Não se pode esquecer, no entanto, que as linguagens artísticas possuem um corpo de conhecimentos e um código específico de comunicabilidade que, para ser acessado, precisa de uma alfabetização. No caso da música, que é elaborada a partir da presença e ausência de sons, questões de como esses sons foram elaborados, por quem, para que fins, sua percepção, a sensibilização, manipulação etc. perfazem um conjunto de conteúdos que permitirão o acesso à linguagem musical e seus respectivos significantes, seja como fruidor ou com produtor artístico.

Mesmo assim, acordando com as autoras, existe uma problemática da música na educação, pois quando a música existe, e se ela ocorre, é direcionada para outros objetivos como fixar conteúdos de outras áreas, estabelecer condutas e normas ou festejar datas comemorativas. A partir de experiências vividas na escola, nota-se que são raras as situações em que a linguagem musical é tratada como sendo uma área de conhecimento específica.

3. CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O delineamento da história da educação infantil por pesquisadores de muitos países tem evidenciado que a concepção de infância é uma construção histórica e social, coexistindo em um mesmo momento múltiplas ideias de criança e de desenvolvimento infantil. Essas ideias, perpassadas por quadros ideológicos em debate a cada momento, constituem importante mediador das práticas educacionais com crianças de 6 anos de idade na família e fora dela. (OLIVEIRA, 2002, p. 57)

3.1 Breve histórico da educação infantil

Oliveira (2002) explica que durante séculos, a educação de crianças pequenas era de responsabilidade familiar. Era com os adultos da família que elas passavam a conhecer as atividades cotidianas e apreendiam o básico para sua integração ao meio social. A família era quase que exclusivamente o ambiente educacional preferencial na educação da primeira infância. Depois, outras alternativas foram sendo culturalmente construídas ao longo da história, como o uso de parentescos, mães mercenárias ou lares substitutos – onde a responsabilidade pelas crianças ficava a cargo de entidades religiosas. Aqui as idéias de abandono, pobreza, culpa, caridade, demonstram a precariedade no atendimento aos pequenos nesse período, que por muito tempo permearam concepções sobre instituições que cuidam da educação infantil, acentuando pontos negativos do atendimento fora da família.

A educação infantil evoluiu do que foi chamado “educação pré-escolar”, como o atendimento às crianças que ainda não freqüentavam a escola. Com a universalização da escolaridade de crianças acima de 6 anos, dentro do nível de ensino considerado obrigatório, a ideia do que era pré-escolar agora é chamada de Educação Infantil (E.I). Na LDB⁴, lei de 20 de dezembro de 1996, que estabelece os fins da educação, encontra-se descrito no artigo 29:

⁴ A LDB é uma lei indicativa das questões sobre educação que está integrada à Constituição Federal. Dela nasce a política e planejamento educacionais e depende o dia-a-dia do funcionamento das redes escolares de todos os graus de ensino.

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (CARNEIRO, 2002, p. 32)

A autora Oliveira (2002, p.20) relata que nos séculos XV e XVI, o desenvolvimento científico, a expansão comercial e as atividades artísticas foram estimulados. Conforme a sociedade se desenvolveu, novos modelos educacionais foram criados para dar conta dessas mudanças que fizeram surgir novas visões sobre a criança e como ela deveria ser educada. Conseqüentemente, em resposta a situações de pobreza, abandono e maus-tratos, foram se organizando serviços de atendimento a crianças pequenas, coordenados por mulheres da comunidade, que cuidavam igualmente daquelas cujos pais trabalhavam em fábricas, fundições e minas – originadas da Revolução Industrial que se implantava na Europa.

Gradualmente surgiram arranjos mais formais para atender crianças como instituições de caráter filantrópico – que em muitas vezes seguiam ideários dos movimentos religiosos da época – que organizavam as condições para o desenvolvimento infantil. O básico era o ensino da obediência, da moralidade, devoção, e do valor do trabalho, sendo comuns atividades realizadas em grandes turmas, muitas delas com cerca de 200 crianças. Havia um rigoroso planejamento do tempo, gerando uma rotina de atividades, fundamentada na ideia de autodisciplina. Em algumas escolas, leitura e escrita eram ensinadas dentro de um objetivo de ensino religioso, a partir dos 6 anos.

A estudiosa continua explicando que tempo depois, com o crescimento da urbanização e a Revolução Industrial em curso, iniciou-se um processo que modificou as condições e exigências educacionais das novas gerações, enfatizando a importância da educação para o desenvolvimento social. A criança começou a ser vista como sujeito de necessidades e objeto de expectativas e cuidados, situados em um período de preparação para o ingresso no mundo dos adultos. Questões políticas deixaram as crianças pobres excluídas dessa concepção, por isso para elas era proposto apenas o aprendizado de uma ocupação e da piedade. Opondo-se a isso, alguns reformadores protestantes propunham a educação como um direito universal, o que acabou delineando novas perspectivas para estudiosos e pesquisadores que começaram a se interessar pelo tema, e acabaram

estabelecendo as bases de um ensino voltado para a educação de crianças pequenas. Autores como Comenio, Rousseau, Pestalozzi, Decroly, Froebel e Montessori, apesar de terem ênfases diferentes entre si, reconheciam que as crianças tinham necessidades próprias e características diferentes das dos adultos, como o interesse por jogos e exploração de objetos.

Oliveira (2002, p.70) diz ainda que, “desde a Antiguidade, havia quem defendesse a ideia da atividade do aluno como impulsionadora de seu aprendizado e o valor da brincadeira na aprendizagem”. Ainda segundo os autores no século XVIII, houve o fortalecimento dessas ideias, contrapondo-se ao pensamento vigente sobre o processo escolar. Materiais pedagógicos (quadros, modelos, e outros) e atividades diferentes (passeios, visitas etc.) foram introduzidos na educação infantil como forma de auxiliar as crianças a desenvolver aprendizagens abstratas, estimulando sua comunicação oral. Conforme o filósofo Rousseau (1712-1778) ele criou uma proposta educacional que revolucionou a educação de seu tempo: defendia uma educação não orientada pelos adultos, mas que fosse o resultado do livre exercício das capacidades infantis e enfatizasse o que a criança fosse capaz de aprender. Para ele a infância tinha valor em si mesma, a educação devia seguir a liberdade e o ritmo da natureza, contrariando os dogmas religiosos da época, que preconizavam o controle dos pequenos pelos adultos.

A autora explica que, futuramente, Pestalozzi (1746-1827) defendeu que a educação deveria ocorrer em um ambiente o mais natural possível. Ele contribuiu para o desenvolvimento do caráter infantil e metodizou⁵ o ensino da criança baseado na intuição, priorizando coisas e não palavras. Sua pedagogia enfatizava métodos de ensino por organização graduada de conhecimento, por intermédio de atividades de música, arte, soletração, geografia e aritmética, linguagem oral, moral e contato com a natureza. Suas ideias influenciaram o pensamento de Froebel (1782-1852), que criou um jardim-de-infância onde crianças e adolescentes consideradas sementes – estariam livres para aprender sobre si mesmo e o mundo e então desabrochariam em um clima de amor, simpatia e encorajamento. Sua proposta incluía atividades de cooperação e jogos, intuição infantil, educação através de jogos

⁵ De acordo com o Dicionário Caldas Aulete da língua portuguesa (2008), e aplicando ao sentido como está colocado no texto, metodizar é sistematizar. É a maneira ordenada e sistemática de agir, ou o conjunto de princípios em que se baseia o ensino de algo.

e músicas, brinquedos, poesia e conversas, destacando a livre expressão da criança.

De acordo com Oliveira (2002, p.77) “Essas concepções foram sendo gradativamente apropriadas pelas teorias pedagógicas e tornaram-se alvo de especial atenção na educação infantil”. Ressalta-se assim que a apropriação das teorias desses autores pelas instituições de educação infantil envolveu um longo processo, mas que contribuíram para modificar além da educação infantil, o ensino fundamental, fomentar pesquisas nesta área e incitar a elaboração de material educativo a ser usado livremente pelas crianças.

A história da E.I em nosso país foi, de certo modo, acompanhando a história dela no mundo, adaptando as teorias conforme a região e a sociedade na época. O projeto social de construção de uma nação moderna, no final do século XIX, reunia condições para que fossem assimilados preceitos educacionais da Escola Nova e por isso o jardim-de-infância, apesar de ter gerado muitos debates entre os políticos da época, foi recebido aqui com entusiasmo por diversos setores sociais. Enquanto questões eram debatidas, por volta de 1875 foram criados no Rio e em São Paulo os primeiros jardins-de-infância públicos, que apesar disso, atendiam crianças de classes sociais mais ricas.

Particulares fundaram em 1899 o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, que precedeu a criação, em 1919, do Departamento da Criança, iniciativa governamental decorrente de uma preocupação com a saúde pública que acabou por suscitar a ideia de assistência científica à infância. Ao lado disso, surgiu uma série de escolas infantis e jardins-de-infância, alguns deles criados por imigrantes europeus para o atendimento de seus filhos. Em 1908, institui-se a primeira escola infantil de Belo Horizonte e, em 1909, o primeiro jardim-de-infância municipal do Rio de Janeiro. Levantamentos realizados em 1921 e 1924 apontavam um crescimento de 15 para 47 creches e de 15 para 42 jardins-de-infância em todo o país. (OLIVEIRA, 2002, p. 94)

Percebe-se que a preocupação com a saúde pública foi que provocou o surgimento de escolas infantis e jardins de infância em nosso país. Desde o início do século até por volta da década de 50, as creches eram mantidas por entidades filantrópicas e religiosas. Depois, passaram a receber ajuda do governo e doações de famílias abastadas, e continuaram a ter um caráter assistencial-protetor: a preocupação era cuidar da higiene e da segurança física, sendo pouco valorizado o trabalho voltado ao desenvolvimento intelectual e afetivo dos pequenos. Um evento

importante marcou a década de 60: foi a aprovação da LDB no ano de 1961 (Lei 4024/61), que inclui a educação de crianças pequenas no sistema de ensino brasileiro.

Assim dispunha essa lei:

Art. 23 – “A educação pré-primária destina-se aos menores de até 7 anos, e será ministrada em escolas maternais ou jardins-de-infância”

Art. 24 – “As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de 7 anos, serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária”. (OLIVEIRA, 2002, p. 102)

Conta Oliveira (2002) que a ênfase passou a ser dada a um trabalho educativo sistematizado, visando compensar carências de ordem orgânica e cultural, como garantia de diminuição do fracasso escolar no ensino obrigatório. Depois, em 1971, a reformulação da LDB trouxe novidades à área, dispondo que o sistema deveria cuidar para que crianças menores de 7 anos recebessem educação em escolas maternais, jardins ou instituições equivalentes. Debates sobre os problemas das crianças provenientes de classes desfavorecidas evidenciavam que o atendimento pré-escolar público seria uma forma de remediar as carências de sua clientela, pois possibilitaria a superação das condições sociais a que estavam sujeitas. Assim, foram sendo elaboradas propostas de trabalho preparadas para alfabetização nas creches e pré-escolas que atendiam a população de baixa renda.

Ainda segundo Oliveira (2002), ela admite que o interesse pela educação pré-primária pelas camadas médias foi ficando maior à medida que representava a chance das mães de trabalharem fora de casa (em indústrias, fábricas etc.) tendo em vista o aumento da renda familiar e foi agradando número cada vez maior de famílias de baixa renda, pelo mesmo objetivo. A pressão da demanda por pré-escola e os debates acerca da natureza educacional versus natureza assistencial, fez com que fosse criada pelo MEC a Coordenadoria de Ensino Pré-Escolar.

O resultado disso foi a elevação do número de creches públicas ou particulares conveniadas com o governo municipal, estadual ou federal. Devido a demanda de crianças ser maior que o número de vagas nas creches, surgiram por iniciativa da própria população, creches comunitárias. Mais tarde, com o fim do governo militar, em 1985, novas políticas para as creches foram incluídas no Plano

Nacional de Desenvolvimento. Retomou-se a discussão das funções da creche e da pré-escola e a elaboração de novas programações pedagógicas que buscassem o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças.

O reconhecimento da E.I deu-se em 1988, quando na Constituição Brasileira estabeleceu-se que seria dever do Estado com a educação o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos. Com isso, a educação infantil chegava a um número maior de crianças.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que determinou que 50% da aplicação obrigatória de recursos em educação fosse destinada a programas de alfabetização – em um momento em que era defendida a alfabetização de crianças em idade anterior à do ingresso no ensino obrigatório –, houve expansão do número de pré-escolas e de melhoria no nível de formação de seus docentes, muitas vezes já incluídos em quadro de magistério. (OLIVEIRA, 2002, p.116)

Segundo a autora, a aprovação da LBD em 1996 estabeleceu a Educação Infantil como etapa inicial da Educação Básica, conquista histórica que tirou as crianças pobres de seu confinamento em estabelecimentos vinculados a órgãos de assistência social. Após a promulgação desta lei, foram criados fóruns estaduais e regionais de educação infantil com espaço de reivindicar verbas para programas de formação profissional para os professores dessa área. Além disso, novas concepções modificaram a maneira como as propostas pedagógicas da área infantil eram pensadas.

O Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (1998), por exemplo, foi elaborado pelo MEC e definido pelo Conselho Nacional da Educação, trazendo concepções, objetivos, explicações sobre cada etapa do desenvolvimento infantil a fim de auxiliar instituições e professores que atuam na área a desenvolver um trabalho de qualidade e mais consistente.

Não podemos deixar de citar ainda que, conforme dados expostos no PNE, nesses últimos anos duas tendências têm-se observado com relação ao desenvolvimento da E.I: diminuição das taxas de natalidade (especialmente nas famílias com maior escolaridade) por conseguinte, redução da população de até 6 anos; e a inclusão de crianças de 6 anos no Ensino Fundamental, devido a promulgação da nova Lei da Educação Básica que propõe o Ensino Fundamental de 9 anos. Esses dois fatores acabam por diminuir a clientela da educação infantil, mas estas, no entanto continuam a ter espaço em escolas por todo o país.

Além disso, DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). As DCNs têm origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que afirma ser missão da União: "estabelecer, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum".

As DCNs se diferem dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Enquanto as DCNs são leis, dando as metas e objetivos a serem buscados em cada curso, os PCNs são apenas referências curriculares, não leis. Dessa forma, foram estabelecidas: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores.

Conforme o PNE (Plano Nacional da Educação), a educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica e sendo assim, ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. Este documento declara que a educação infantil inaugura a educação da pessoa e que essa educação se dá na família, na comunidade e nas instituições.

As ciências que se debruçaram sobre a criança nos últimos cinquenta anos, investigando como se processa o seu desenvolvimento, também afirmam a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento e aprendizagem posteriores. A pedagogia vem refletindo sobre sua prática nesse campo e definindo os procedimentos mais adequados para oferecer às crianças interessantes, desafiantes e enriquecedoras oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem. As instituições de educação infantil vêm se tornando cada vez mais necessárias, como complementares à ação da família, o que já foi afirmado pelo mais importante documento internacional de educação deste século, a Declaração Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 1990).

A partir daí pode-se concluir que como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil (E.I) deixou de ser vista como compensação de carências para uns, ou de privilégio para outros, para ser vista como um direito da criança. Por isso, este nível de ensino precisa receber atenção e investimentos

financeiros e de pesquisa cabíveis a fim de que seus programas ocorram de forma igualitária e que possam atender com qualidade as crianças que dela quiserem ou precisarem dispor.

3.2 Os ambientes de aprendizagem e os recursos pedagógicos

O cotidiano da sala de aula é um espaço permeado de contradições sociais, porque nela estão inseridas pessoas com histórias singulares, individuais ou coletivas, integrantes de um determinado espaço cultural, com diferenças orgânicas, comportamentais e divergências de idéias. Nele ocorre, ainda, a apropriação de diferentes linguagens, diferentes culturas e concepções. Por essa razão, o professor precisa estar bem preparado, pois a mediação das relações, estabelecidas dentro e fora dos limites que compreendem o espaço escolar, é de sua responsabilidade. Construir conhecimentos é uma tarefa complexa e implica uma ação partilhada, já que é através dos outros que as relações entre sujeito e objeto de conhecimento vão sendo estabelecidas.

A idéia das DCNs considera a questão da autonomia da escola e da proposta pedagógica, incentivando as instituições a montar seu currículo, recortando, dentro das áreas de conhecimento, os conteúdos que lhe convêm para a formação daquelas competências que estão explicitadas nas diretrizes curriculares. Dessa forma, a escola deve trabalhar esse conteúdo nos contextos que lhe parecerem necessários, considerando o tipo de pessoas que atende, a região em que está inserida e outros aspectos locais relevantes. De acordo com o CNE, as diretrizes curriculares contemplam elementos de fundamentação essencial em cada área do conhecimento, campo do saber ou profissão, visando promover no estudante a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente.

Para Oliveira (2002, p.43) “[...] mesmo quando em busca de uma identidade própria a escola tem, em geral, adotado uma concepção de ensino individualista na Educação Infantil”, propondo à criança atividades pouco significativas para a sua experiência pessoal, com rotinas rigorosas em turmas seriadas. Na verdade, apesar de ter-se uma concepção de infância como a de alguém muito frágil, em que sua fala não conta, estudos em psicologia comprovaram

as riquezas das falas infantis como instrumento de significações. Relata a autora acima que, em consequência de muitas pesquisas realizadas, hoje a criança aparece na sociedade com uma nova identidade.

É importante ressaltar também :

Crianças são aquelas figurinhas curiosas e inativas, com direitos e necessidades, que precisam de um espaço diferente tanto do ambiente familiar, onde são objeto do afeto de adultos (em geral, adultos muito confusos), quanto do ambiente escolar tradicional, frequentemente orientado para a padronização de condutas e ritmos e para a avaliações segundo parâmetros externos à criança. (OLIVEIRA, 2002, p. 45)

Oliveira (2002) expõe que o debate acerca da educação infantil centra-se na questão de cada escola ter autonomia para elaborar e desenvolver seu projeto pedagógico, que se comprometa com padrões de qualidade. Para ela, são as primeiras experiências da vida que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade, responsabilidade.

A definição de uma proposta pedagógica voltada para a infância deve considerar a atividade educativa como ação intencional orientada para a ampliação do universo cultural das crianças, de modo que lhe sejam dadas condições para compreender os fatos e os eventos da realidade, habilitando-as a agir sobre elas de modo transformador. Isso, no entanto, deve ser feito na vivência cotidiana de modo significativo; quando expressar sentimentos, recordar, ouvir e interpretar histórias, compreender fenômenos da natureza transmitem à criança novas maneiras de ler o mundo e a si mesma. É desta forma que a criança aprende a diferenciar as coisas, a interessar-se por música, por livros de história, desenhos, brinquedos, porque esses elementos fazem sentido para aqueles que com ela convivem e que usam esses objetos culturais apontando seus sentidos, seus signos.

Os cuidados ministrados na creche e na pré-escola não se reduzem ao atendimento de necessidades físicas das crianças, deixando-as confortáveis em relação ao sono, à fome, à sede, e à higiene. Incluem a criação de um ambiente que garanta a segurança física e psicológica delas, que lhe assegure oportunidades de exploração e de construção de sentidos pessoais, que se preocupe com a forma pela qual elas estão se percebendo como sujeitos. Nesses ambientes de educação, a criança se sente cuidada. Sente que há uma preocupação com seu bem-estar, com seus sentimentos, com suas produções, com sua auto-estima. Educar e cuidar são formas de acolher. (OLIVEIRA, 2002. p. 47)

Entende-se, de acordo com a autora acima, que além da preocupação com as necessidades físicas da criança, sente-se também uma inquietude com relação no que diz respeito ao seu bem estar, com seus sentimentos, sua autoestima, enfim ambiciona-se que esta criança seja cuidada.

No entanto Pires (2008) destaca que a proposta pedagógica precisa valorizar a construção da identidade pessoal e sociabilidade, buscando também ampliar requisitos como solidariedade, sensibilidade estética e interpessoal, senso crítico e autonomia. Tal ampliação acontece por meio de experiências nas quais conhecimentos elaborados são elementos mediadores do desenvolvimento infantil e conforme esses conhecimentos são repensados e reconstruídos pela criança, ela trabalha novas funções psicológicas e novas visões de mundo e de si mesma.

Na Proposta Curricular da Rede Municipal de Criciúma (2008, p.40), encontramos especificado que para tomar decisões sobre a organização do programa de E.I e sobre o ambiente onde irá desenvolver-se, é imprescindível conhecer o desenvolvimento infantil (físico, motor, sensorial, emocional, cognitivo e social) pois só assim poderão tomar decisões acerca do currículo mais apropriado para as crianças de sua comunidade. É possível também observar a criança em seus jogos, exercícios e brincadeiras, os sinais que indicam onde há necessidade da estimulação maior desta ou daquela área de desenvolvimento. Como o desenvolvimento infantil ocorre de forma gradual e diferente para cada indivíduo, o respeito às diferenças individuais é fundamental no momento de pensar e aplicar as estratégias de ensino. Assim, o professor pode perceber as possibilidades de desenvolvimento da criança, sendo capaz de conduzir sua intervenção pedagógica.

O mencionado documento da Rede Municipal de Criciúma, acima citado faz lembrar, ao mesmo tempo, que a aprendizagem e o desenvolvimento são multidimensionais. Assim, várias áreas do conhecimento se conectam ao mesmo tempo durante a Educação Infantil. Por exemplo: a linguagem afeta o desenvolvimento social da criança com seus colegas, o desenvolvimento da capacidade de entender uma sequência lógica de uma fábula influencia a capacidade de compreender a sequência lógica do sistema numeral e assim por diante. Desta forma, as diferentes dimensões do conhecimento e desenvolvimento infantil não podem estar desconectadas das diversas áreas do conhecimento. A

dinâmica interação dessas áreas deve ser considerada e o currículo desenvolvido de forma integrada.

Ainda de acordo com a Proposta Curricular de Criciúma (2008, p.43), a criança aprende fazendo, observando, ouvindo, conversando, pensando e re-fazendo com os outros – da sua idade e também com os adultos. Por isso, na E.I o professor deve planejar, criar escolhas, criar contextos de aprendizagem e intermediar o processo de aprendizagem, considerando as singularidades e necessidades individuais de cada criança para que atinja seu objetivo.

Neste sentido, nota-se que para que a criança se sinta num ambiente acolhedor e seguro, é necessário aos professores de educação infantil buscar aproximar a cultura, a linguagem, cognição e afetividade como elementos que façam parte do desenvolvimento infantil. Relevante também são os cuidados ao se preparar as aulas e propostas de ensino: que busquem desenvolver a sociabilidade, afetividade e criatividade da criança para que assim o momento da Educação Infantil torne-se memorável e expressivo na vida dos pequenos que serão o futuro do nosso país.

4. MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.1. O que é música

Existem várias definições para este tema: “arte e ciência de combinar sons”, “meio de compor, para refletir e abrir a cabeça do ouvinte para o mundo”, “melodia, ritmo e harmonia combinados para formar determinada produção musical”. Segundo Brito (2003), as definições de música expressam diferentes concepções. Música não é melodia, ritmo ou harmonia, ela é também melodia, ritmo, harmonia, dentre outras possibilidades de organização do material sonoro. Estudiosos afirmam que a música é uma linguagem universal que sofre variação de cultura para cultura. A teoria da música é abrangente, pois música não se restringe a tocar instrumentos, ouvir ou escutar. Ela é sentido, percepção, textura, organização, composição, interpretação, improvisação, luminosidade, movimento e volume. Letra, melodia, tempo, andamento, tom, timbre, altura, duração, intensidade, melodia, ritmo, entre outros aspectos.

A música (do grego - a arte das musas) constitui-se basicamente de uma sucessão de sons e silêncio organizada ao longo de um tempo. É considerada uma prática cultural entre os homens de todas as épocas. Atualmente não se conhece nenhuma civilização ou agrupamento que não possua manifestações musicais próprias.

Pillotto e Schramm (2001) defendem que a linguagem é um produto da evolução cultural dos indivíduos e será o elemento mediador para a aprendizagem e o desenvolvimento humano, já que a mediação é fundamental na perspectiva sócio-histórica justamente porque é através dos instrumentos e signos que os processos de funcionamento psicológico são fornecidos pela cultura. É por isso que Vygotsky confere à linguagem um papel de destaque no processo de pensamentos.

A música é entendida como uma linguagem artística e, como as demais linguagens, é possuidora de um código específico de comunicabilidade. Para acessá-lo é necessário que haja a alfabetização musical, ou seja, que se concretize sua apropriação. (PILLOTTO e SCHRAMM, 2001, p.22)

Segundo as autoras citadas acima, existe a necessidade de uma alfabetização musical, pois só assim nos apropriaremos desta linguagem artística.

De acordo com Pires (2008), toda música é composta basicamente por som e tempo. A partir desses dois elementos, é possível organizar a música com melodia, ritmo e harmonia. A melodia é uma sucessão dos sons musicais combinados, ritmo é o tempo que um som dura ou demora a se repetir, harmonia é a execução de sons combinados num ritmo específico, e letra é o texto ou poesia dividido em sílabas musicais. Quando uma música é executada, todos esses elementos podem ser ouvidos simultaneamente. Utilizar termos musicais não é o mais importante na educação infantil, mas é necessário que os professores o conheçam para poder inseri-los aos poucos no cotidiano escolar e utilizá-los de forma correta. Por isso, baseada nos estudos apresentados por Pires (2008, p.15) apresenta-se aqui alguns significados dos elementos sonoros:

Altura refere-se à forma como o ouvido humano percebe a frequência dos sons. Frequências baixas são percebidas como sons graves (sons grossos, geralmente de vozes masculinas), e altas como sons agudos (sons finos, como a de vozes femininas).

O timbre é a característica que permite diferenciar os sons uns dos outros, que são próprias de cada instrumento musical. Por exemplo, uma nota tocada por um piano e a mesma nota tocada por uma guitarra produzem sons diferentes.

Intensidade é a percepção da amplitude da onda sonora. É conhecido como volume ou pressão sonora, ou seja, é o que chamamos de som forte ou fraco.

Duração é a quantidade de tempo durante o qual determinado fenômeno continua. Esta propriedade permite diferenciar sons longos e curtos, rápidos e lentos, constituindo o ritmo da música.

Som são as vibrações audíveis e regulares de corpos elásticos, que se repetem com a mesma velocidade, como as do pêndulo do relógio. As vibrações irregulares são denominadas ruído.

Ritmo é o efeito que se origina da duração de diferentes sons, longos ou curtos.

Melodia é a sucessão rítmica e bem ordenada dos sons.

Harmonia é a combinação simultânea, melódica e harmoniosa dos sons.

As notas musicais são arranjadas em ordem crescente de altura (dos sons graves aos agudos) e são dispostas em uma escala musical nesta ordem: Dó, Ré, Mi, Fá, Sol, Lá, Si, Dó.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) expõe que a música pode ser compreendida como linguagem e forma de conhecimento. Presente no cotidiano de modo intenso, no rádio, na TV, em gravações, jingles e outros, sendo que a linguagem musical tem estrutura e características próprias, devendo ser considerada como :

Produção – centrada na experimentação e na imitação, tendo como produtos musicais a interpretação, a improvisação e a composição;
Apreciação – percepção tanto dos sons e silêncios quanto das estruturas e organizações musicais, buscando desenvolver, por meio do prazer da escuta, a capacidade de observação, análise e reconhecimento;
Reflexão – sobre questões referentes à organização, criação, produtos e produtores musicais. (BRASIL, 1998, p.49)

Apreende-se que a produção, a apreciação e a reflexão apontadas no RCNEI (1998) nos remete a muitas indagações, mas principalmente que as coisas não podem existir no vazio. Se existe produção, ela tem uma conjuntura centrada na experimentação e imitação, dessa forma existe a necessidade de análise e reconhecimento que é a apreciação; e por fim essas produções musicais precisam de reflexão.

Pode-se notar então, que a música não se restringe a conhecer instrumentos, tocar ou ouvir. Música é sentido, percepção, textura, organização, composição, interpretação, improvisação. Precisamos perceber a música, prestar atenção no que ela nos diz, na mensagem que ela pode vir a nos passar. Letra, melodia, tempo, andamento, tom, timbre, altura, duração, intensidade, melodia, ritmo, são todos elementos que fazem parte da música e podem ser estudados, apreciados e testados durante a produção musical. Ao desenvolver um trabalho que envolva produção, apreciação e reflexão sobre a música ou teoria musical estudada não há dúvida que o trabalho desenvolvido é válido e contribuirá para uma verdadeira educação estética musical.

Ainda segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), a música está presente em diversas situações da vida humana, já que existe música para adormecer, para chorar os mortos, para comemorações, segundo os momentos próprios a cada manifestação cultural. Assim, as crianças entram em contato com a cultura musical desde muito cedo e começam a aprender as tradições musicais da comunidade onde vive. A linguagem musical é um excelente

meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da auto-estima e autoconhecimento, além de poderoso. O trabalho com música deve considerar portanto que ela é um meio de expressão e forma de conhecimento acessível aos bebês e crianças, inclusive as que apresentam necessidades especiais.

Este documento destaca que a música no contexto da E.I vem atendendo a vários objetivos ao longo dos anos. Em muitos momentos ela é utilizada com pouca exploração e sem contexto significativo para a criança, como nos casos em que ela serve para a formação dos hábitos (como lavar as mãos, memorizar letras ou números, escovar os dentes). Em outros ela está ligada às comemorações de eventos escolares (festas, dia das mães ou pais, dia da árvore etc.) e normalmente essas canções costumam ser acompanhadas por gestos corporais mecânicos e estereotipados. Outra prática comum é o uso de bandinhas, com instrumentos musicais confeccionados com material inadequado e com qualidade sonora deficiente. Isso reforça o aspecto mecânico e a imitação, deixando pouco espaço para os exercícios de criação ou às questões ligadas ao conhecimento das possibilidades dos sons.

Para muitos, afirma Brito (2003), a música é entendida como algo pronto, cabendo aos professores a tarefa de interpretá-la. Partindo desse contexto, ensinar música significa ensinar a reproduzir e interpretar músicas, desconsiderando a possibilidade de experimentar, improvisar, inventar. Outro fator implica na característica de espetáculo em que é colocado o trabalho musical: ensaios para apresentações em comemorações, excluem os alunos que são considerados sem voz, desafinados, sem ritmo. Esse tipo de trabalho em que cada classe limita-se a ensaiar o canto e a dança, nem ao menos desenvolve projeto de pesquisa, de criação, de conhecimento.

A referida estudiosa problematiza que o sistema educacional descuidou da educação estética de muitas gerações, por isso o trabalho realizado na área de música reflete problemas que somam a ausência de profissionais especializados e pouca ou nenhuma formação musical dos educadores responsáveis pela educação. Existe, portanto a necessidade de se repensar a concepção enraizada de música assim como a necessidade de conhecer e respeitar o processo de desenvolvimento musical das crianças. Não se pode negar, no entanto, que um professor de Artes tem condições de trabalhar com música em suas aulas:

Outra vez se estabelece o caráter criador da atividade de pesquisar do professor. Trata-se da necessidade de buscar elementos disponíveis na realidade circundante que contribuam para o enriquecimento da aprendizagem artística de seus alunos: imagens, textos que falem sobre a vida de artistas (seus modos de trabalho, a época, o local) textos críticos, textos literários, levantamento sobre artistas e artesões locais, revistas, vídeos, fitas de áudio cassetes, discos, manifestações artísticas da comunidade, exposições, apresentações musicais e teatrais, bem como acolhimento dos materiais trazidos pelos alunos. (BRASIL, 1998, p. 98).

Atualmente, com a obrigatoriedade do ensino de música na área de artes, Folha de São Paulo, (2008, site), conforme o texto anexo, pessoas da área da educação discutem se a música pode ser trabalhada por um professor de artes, mesmo que ele não saiba tocar algum instrumento, ou não tenha habilitação em música. Sendo a música um instrumento de veiculação internacional, que caminha pelas redes de computadores, lojas, entre outros, para ser trabalhada exige interesse, dedicação, força de vontade, amor à arte. Música é algo sério, e cabe ao professor tomar uma atitude de pesquisador, para estudá-la e entendê-la, podendo conseqüentemente repassar este conhecimento atuando na área.

Brito (2003) completa que o ensino-aprendizagem na área da música vem recebendo influências das teorias em sintonia com procedimentos pedagógicos contemporâneos. Amplia-se o numero de pesquisas sobre o pensamento e a ações musicais que podem orientar os educadores e gerar contextos significativos de ensino-aprendizagem, que respeitem o modo de perceber, sentir e pensar em bebês e crianças.

Pode-se dizer então que a música é uma importante forma de expressão humana, que favorece a integração entre o sensível, afetivo, estético e cognitivo. Ela é capaz de comunicar sensações e pensamentos, conferindo significado à linguagem infantil. Por esses e outros motivos, pode-se concluir que a música pode realmente fazer a diferença no processo educacional e de aquisição de conhecimento acerca da arte no desenvolvimento de uma criança, sendo justificada sua presença no contexto da educação, inclusive na educação infantil.

4.2. A linguagem musical é importante para as crianças?

Sendo um lugar privilegiado para o desenvolvimento da atividade musical, já que a criança se expressa espontaneamente sonora e corporalmente, a educação é o momento mais indicado para se iniciar o trabalho sistemático com música. (LINO, 2006, p. 78)

Desde que está na barriga materna a criança já entra em contato com um dos elementos fundamentais da música: o ritmo por meio do pulsar do coração. Segundo Pires (2008, p.49), “experiências feitas com mulheres grávidas comprovaram que os bebês após o nascimento reconheciam ou reagiam ao ouvir cantigas de embalar ou ninar que foram cantadas pelas mães quando eles ainda estavam no ventre materno”. Após uma pesquisa realizada em Toronto, no ano de 2004, Sandra Tehub, 2004 (apud PIRES, 2008) comprovou que os bebês tendem a permanecer calmos se estão expostos a uma melodia serena, ou alerta caso o andamento da música fique acelerado. Investigadores comprovaram que os bebês se movem em movimentos precisos e sincrônicos com a linguagem articulada do adulto, e já nos primeiros dias de vida conseguem distinguir a voz feminina da masculina.

Para Lino (2006, p.71) “[...] a linguagem musical, acompanhada da gestual é a pioneira na formação do vínculo afetivo entre a mãe e o filho, fator determinante no processo de musicalização da criança”. Para a autora, os ritmos produzidos pelos bebês não servem apenas para expressar suas necessidades, são elementos prioritários para o desenvolvimento da linguagem, em especial a musical. Esta fala da autora pode ser reforçada com o que encontra-se descrito no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p.51):

O ambiente sonoro, assim como a presença da música em diferentes e variadas situações do cotidiano, fazem com que os bebês e crianças iniciem seu processo de musicalização de forma intuitiva. Adultos cantam melodias curtas, cantigas de ninar, fazem brincadeiras cantadas, com rimas, parlendas etc., reconhecendo o fascínio que tais jogos exercem. Encantados com o que ouvem, os bebês tentam imitar e responder, criando momentos significativos no desenvolvimento afetivo e cognitivo, responsáveis pela criação de vínculos tanto com os adultos quanto com a música.

O RCNEI reforçam assim a ideia de que a presença da música nas mais variadas situações do dia-a-dia dos bebês e crianças exercem fascínios, sobre os mesmos de forma a se tornarem responsáveis pela criação de vínculos entre os adultos e a música.

Fala Lino (2006) que a faixa etária compreendida entre o nascimento e os dezoito meses iniciais de vida é fundamental em termos de potencialidade para a aprendizagem, pois é nessa faixa etária que os esquemas de aprendizagem estão totalmente receptivos a aprender uma segunda língua, uma arte, uma música ou qualquer coisa que se queira ensinar à criança. Até um ano mais ou menos, a criança mais ouve que canta, e é natural que seu desenvolvimento vocal se dê dessa forma. Ela é capaz de ouvir e até mesmo reconhecer canções que a marquem afetivamente. Em seguida, ela começa a cantar os finais das frases musicais ou momentos que a encantam. Muitas vezes elas nem entoam toda a melodia, apenas fazem a coreografia cantando apenas a parte que mais lhe chama a atenção. Dos três anos em diante, a criança já entoa a escala de sua cultura e é capaz de esboçar toda a canção, muitas vezes cantando-a inteira.

Na visão de Campos e Krzesinski (2006, p.117), as crianças gostam de acompanhar as músicas com movimentos do corpo, tais como palmas, sapateado, dança e a partir dessa relação entre movimentos e sons ela começa a construir seu conhecimento sobre a música, explorando e descobrindo sons. De certo modo a criança cresce em seu conhecimento de música, descobrindo sons e ritmos, desenhando e experimentando e confeccionando instrumentos. Para a autora, a música pode contribuir bastante para que ela interaja com o mundo e seus semelhantes, expressando seus sentimentos.

Aos poucos a criança, começa a cantar com mais precisão e a reproduzir ritmos orientados por um pulso regular. Os batimentos rítmicos corporais são observados e reproduzidos com mais cuidado.

Aos poucos ocorre um maior domínio com relação à entoação melódica. Ainda que sem um controle preciso de afinação, mas já com retenção de desenhos melódicos e de momentos significativos das canções, como refrão, onomatopéias, o “to-to” de “atirei o pau no gato” etc. (BRASIL, 1998, p.52)

Mais tarde, conforme a criança cresce, o tipo de comportamento começa a estar ligado com as mensagens transmitidas pela música, pela poesia, pelo ritmo

ou pela coreografia de seus grupos musicais ou bandas favoritas. Por isso, o educador pode trabalhar a música em todas as áreas da educação, beneficiando com isso a linguagem motora, o raciocínio e a imaginação. Campos e Krzesinski (2006, p.118) afirmam que “a música contagia a todos com o prazer e a alegria próprios da vivencia musical”.

Segundo as autoras Campos e Krzesinski (2006), a música traz incontáveis benefícios para o desenvolvimento intelectual das crianças. O aumento da capacidade de aprendizagem nas crianças, segundo pesquisas, é superior em até 60%, quando estimuladas pelo convívio musical, propiciando maiores conquistas futuras no âmbito das relações sociais, econômicas, pessoais e interpessoais. Além disso, a musicoterapia tem sido a solução para inúmeros casos de deficiência física e mental.

Para Gonçalves (1999 apud CAMPOS E KRZESINSKI, 2006) educar na música é trabalhar o belo e estimular as sensibilidades, que são atributos essenciais das artes. A música detém grande força e poder para realizar no homem as transformações idealizadas pelos organismos que estruturam os passos dessa busca. Outros estudos mostram que mesmo quando o contato com a música for feito por apreciação somente (ouvindo com atenção, percebendo os nuances) os estímulos cerebrais são intensos. Ao mesmo tempo que a música possibilita essa diversidade de estímulos ao cérebro e ao corpo, com seu caráter relaxante ela pode estimular a assimilação de novas informações, ou seja, a aprendizagem.

De acordo com Silva (2006, apud PIREZ, 2008, p.51) a música pode produzir efeitos benéficos no raciocínio lógico-matemático:

[...] alunos que receberam aulas de música apresentavam resultados de 15% a 41% superiores em testes de proporções e frações do que os de outras crianças. Em outro caso, os alunos da 2ª série que faziam aulas de piano duas vezes por semana apresentaram desempenho superior em matemática aos alunos de 4ª série que não estudavam música.

Observa-se assim que a prática de música, seja pela apreciação auditiva ou pela prática com instrumentos, aumenta a aprendizagem cognitiva, da memória do espaço e raciocínio abstrato. Expõe Brito (2003), que é preciso afastar-se da concepção europeia passada, e lembrar que música é linguagem cujo conhecimento se constrói com base em vivências e reflexões, incluindo todos os alunos.

Desse modo, todos devem ter o direito de cantar, ainda que desafinando! Todos devem poder tocar um instrumento, ainda que não tenham, naturalmente, um senso rítmico fluente e equilibrado, pois as competências musicais desenvolvem-se com a prática regular e orientada, em contextos de respeito, valorização e estímulo a cada aluno, por meio de propostas que consideram todo o processo de trabalho, e não apenas o produto final. (BRITO, 2003, p. 53)

Cabe lembrar portanto, quão importante é o direito de cantar e que as competências musicais podem ser desenvolvidas se bem orientadas a todas as pessoas.

Neste sentido pode-se concluir que as atividades relacionadas à música também servem de estímulo para crianças com dificuldades de aprendizagem e contribuem para a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais. As crianças ficam envolvidas numa atividade em que o importante é o fazer, participar, não existe cobrança de rendimento, sua forma de expressão é respeitada, sua ação é valorizada, e através do sentimento de realização ela desenvolve a auto-estima. Além disso, as atividades em grupo favorecem a cooperação e a comunicação. Som, ritmo e melodia são elementos básicos, essenciais da *música* e que podem, na plenitude da expressão musical, despertar e reforçar a sensibilidade da criança, provocar nela reações de cordialidade e entusiasmo, prender sua atenção e estimular sua vontade.

Para Nogueira (2004), a linguagem musical tem sido apontada como uma das áreas de conhecimento importantíssima para se trabalhar na E.I, ao lado da linguagem oral e escrita, do movimento, das artes visuais, da matemática e das ciências humanas e naturais. Em países com educação mais tradicional como o Japão e países nórdicos, o educador tem na sua graduação um espaço para sua formação musical, que inclui aprender canções e tocar instrumentos.

O referido autor relata ainda em seu texto que os efeitos da música sobre os sentimentos humanos estão cada vez mais deixando de ser sabedoria popular e tendo reconhecimento científico. É o caso de pesquisas realizadas no Canadá e nos Estados Unidos, onde verificou-se que ao ouvir músicas que causam emoção à pessoa, elas acionavam as partes do cérebro que tem relação com a euforia. Isso confere à música uma grande relevância biológica, relacionando-a os circuitos cerebrais ligados ao prazer e emoção.

Enfim, Educação musical é um trabalho de desenvolvimento global que possibilita à criança usar sua capacidade para uma aprendizagem de acordo com seu ritmo. A partir dela pode-se encaminhar o aluno à cooperação e trocas sociais, desenvolver a compreensão de conhecimentos, e ajudar os pequenos a vivenciar os próprios sentimentos. Por esses e outros motivos, entende-se que a música pode realmente fazer a diferença no processo educacional e de aquisição de conhecimento acerca da arte no desenvolvimento de uma criança.

4.3. A musicalização e o lúdico

De uma forma resumida, pode-se afirmar que Musicalizar significa introduzir a música na vida da criança. Muitas vezes fazemos isso sem saber. Ao cantar uma cantiga de ninar, ao fazer brincadeiras com músicas e jogos tradicionais mais antigos, estamos preparando as crianças para a fase seguinte do aprendizado. Musicalizar não é, no entanto ensinar uma teoria ou técnicas para tocar instrumentos musicais para crianças, mas sim, inseri-la aos poucos no mundo da música. Porém fazer isso de forma que a criança se interesse e consiga desenvolver relações simbólicas com a música, fazendo com que ela faça parte de sua vida.

Pires (2008, p.13) relata que “é através da brincadeira que a criança aprende e constrói seu mundo social, afetivo e físico. A partir disso explica que a musicalização é despertada na criança em momentos e atividades lúdicas”. Segundo ela, para que a musicalização aconteça devemos aproximar a criança a este conteúdo de uma forma divertida, mas aplicando termos musicais corretos, tornando-a hábil à linguagem musical. Para isso ela deve experimentar diversas sensações através do ouvir e produzir música, levando-a ao conhecimento de termos musicais corretos, possibilitando o manuseio de instrumentos musicais e permitindo a livre expressão musical. Significa tornar o indivíduo sensível e receptivo ao fenômeno sonoro, promovendo nele respostas e estimulando a natureza musical.

Ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de propiciar a vivência de elementos estruturais dessa linguagem. (PIRES, 2008, p.13)

Brito (2003) afirma que os primeiros anos de aprendizagem são propícios para que ela comece a entender o que é a linguagem musical. Mas não pode-se esquecer que na educação infantil, a criança ainda não tem capacidade de concentrar-se para ouvir músicas longas. Sendo assim, as músicas devem ser apresentadas por meio de histórias, dramatizações, jogos e brincadeiras, motivando sua participação, prevendo ações como: a escuta de músicas e diferenciação de som e silêncio, a expressão corporal em diferentes ritmos musicais, cantar em diversas alturas e intensidades, explorar sentimentos através da música, criação musical livre e também com regras.

De acordo com (BRITO, 2003, p. 58):

No dia-a-dia das creches e pré-escolas, a linguagem musical deve contemplar atividades como: trabalho vocal; interpretação e criação de canções; brinquedos cantados e rítmicos; jogos que reúnem som, movimento e dança; jogos de improvisação; sonorização de histórias; elaboração e execução de arranjos (vocais e instrumentais); invenções musicais (vocais e instrumentais); construção de instrumentos e objetos sonoros; registro e notação; escuta sonora e musical (escuta atenta, apreciação musical); reflexões sobre a produção e a escuta.

Assim como outras atividades, a brincadeira é importante no espaço escolar porque promove o desenvolvimento dos processos psíquicos, dos movimentos físicos, possibilita o conhecimento do próprio corpo, socializa e integra as crianças, propiciando assim a aprendizagem de conteúdos de áreas específicas. Segundo Luckesi, 1998 (apud PIRES, 2008, p.3) “A atividade lúdica é aquela que dá plenitude e, por isso, prazer ao ser humano, seja como exercício, seja como jogo simbólico, seja como jogo de regras. Os jogos apresentam múltiplas possibilidades de interação consigo mesmo e com os outros“. Não podemos esquecer no entanto que as atividades lúdicas não se resumem a brincadeiras, já que podem ser entendidas como jogos, cantigas, histórias, filmes e outros.

Pires (2008) afirma que a música é uma atividade lúdica muito comum na infância que permite à criança conhecer melhor a si mesma, desenvolvendo sua noção de esquema corporal na comunicação com o outro e contribui no desenvolvimento cognitivo/lingüístico, psicomotor e socioafetivo da criança. Assim, podemos dizer que cantar e acompanhar uma música com gestos, palmas e danças favorece à criança o desenvolvimento tanto do seu senso rítmico com o de sua

coordenação. Expressando-se através da música a criança afirma sua identidade, vai estabelecendo vínculos afetivos com outras pessoas, aceita e reconhece suas capacidades ou limitações, reconhece as diferenças entre outras crianças.

Brito (2003, p. 31), explica que o compositor, pesquisador e educador francês François Delalande relacionou as formas de atividade lúdica infantil propostas por Jean Piaget a três dimensões presentes na música. Delalande relaciona os três tipos de jogos à evolução das culturas musicais, agrupando as correntes por sua função lúdica em lugar de fazê-lo por sua cronologia:

- * Jogo sensório motor – vinculado à exploração do som e do gesto;
- * Jogo simbólico – vinculado ao valor expressivo e à significação mesma do discurso musical;
- * Jogo com regras – vinculado à organização e estruturação da linguagem musical.

Os objetivos destacados no Referencial Curricular para a Educação Infantil (1998) ao se trabalhar com música, devem ser pensados e organizados de forma lúdica. As crianças de zero a três anos devem desenvolver as seguintes capacidades: ouvir, perceber e discriminar eventos sonoros diversos, fontes sonoras e produções musicais; brincar com a música, imitar, inventar e reproduzir criações musicais. Para as crianças de quatro a seis anos, os objetivos estabelecidos para a faixa etária de zero a três devem ser aprofundados e ampliados, garantindo ainda que as crianças possam: explorar e identificar elementos da música para se expressar, interagir com os outros e ampliar seu conhecimento do mundo; perceber e expressar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio de improvisações, composição e interpretações musicais.

Na proposta Curricular da Rede Municipal de Criciúma (2008, p.67) encontramos descrito que os objetivos do programa de educação infantil, na área de linguagem musical são: proporcionar às crianças oportunidades para que elas ouçam sons, músicas instrumentais e canções; cantar e ouvir variadas músicas de sua própria cultura e de outras diferentes; utilizar a música para expressar sentimentos e pensamentos; tocar simples instrumentos independentemente ou em grupo. Para a educação musical, o próprio corpo da criança é o ponto de partida, sendo a voz dela um precioso instrumento que tem dentro de si. A criança é levada a praticar, a reconhecer e a descobrir o ritmo e o som de maneira livre e organizada,

a partir dos movimentos corporais e depois fora dele (sons ambientais, sons da natureza, instrumentais, eletrônicos e outros.).

Muitos estudiosos acreditam que é importante que a criança tenha oportunidade de experimentar estímulos diferentes, para não limitar as possibilidades de exploração. Cantigas de roda ou de ninar, brincadeiras de roda no parque, músicas que os pais conheceram na infância e ensinam agora para as crianças são atividades lúdicas que podem causar impactos sobre o desenvolvimento da personalidade, dos gostos e das escolhas de uma pessoa no futuro. Vigotsky, (1988) (apud PIRES, 2008, p.5) relata que essas vivências ficarão gravadas na memória das crianças e serão úteis em situações reais vividas por elas ao longo de sua vida. Por isso, vários autores e estudiosos consideram que as brincadeiras, as cantigas, os momentos de ludicidade vividos na infância constituem o adulto do futuro.

Sendo assim, relata Pires (2008), que as atividades lúdicas desenvolvidas na escola devem ter intencionalidade direcionada ao desenvolvimento da criança. Os brinquedos e as brincadeiras são indispensáveis para a criação da situação imaginária na infância. Essas situações vivenciadas nos contos, nas cantigas, nas lendas, brincadeiras, e nos jogos constituem o banco de dados de imagens culturais que serão úteis nas situações reais vividas pela criança ao longo de sua vida. Proporcionar jogos aos alunos permite que ele experimente a liberdade, o divertimento, espontaneidade e o convívio com as regras. É assim que a criança aprende a esperar sua vez, a respeitar regras, a conviver em grupo, a ganhar e/ ou perder, a lidar com frustrações. Através de jogos ela será capaz de ampliar sua compreensão sobre os diferentes papéis e relacionamentos humanos, preparando-se para lidar com a realidade.

Segundo o RCNEI (1998), podemos entender que as atividades que envolvem musicalização devem permitir que os pequenos brinquem com os sons e conheçam as diferenças. Ela deve acontecer como um processo contínuo de construção, envolvendo jogos ritmados, percepção, sensação, experimentação, imitação, criação e reflexão da música. O educador pode trabalhar a música em todas as áreas da educação, beneficiando a linguagem motora, a atenção e o raciocínio.

As crianças integram a música às demais brincadeiras e jogos, cantam enquanto brincam, acompanham com sons os movimentos de seus carrinhos, dançam e dramatizam situações sonoras diversas, conferindo personalidade e significados simbólicos aos objetos sonoros ou instrumentos musicais à sua produção musical. O brincar permeia a relação que se estabelece com os materiais: mais do que sons, podem representar personagens como animais, carros, máquinas, super-heróis etc. (BRASIL, 1998, p.52)

No Caderno Pedagógico da UDESC (2003) encontramos proposto que na Educação Infantil e Séries Iniciais devem ser trabalhados as diversas linguagens artísticas, e que na área da música é importante tratar sobre os elementos básicos como melodia (diferentes alturas), dinâmica (diferentes intensidades), ritmo (diferentes durações) e timbre (que está na voz de quem canta ou no instrumento tocado) devem ser trabalhados a partir de escutas e observações comentadas. Deve-se estimular na criança o processo musical através das brincadeiras de rodas, no aprender canções, no ouvir música, nos brinquedos cantados, no mostrar e explicar as notas musicais. Na musicalização devem-se priorizar os sons corporais, o prazer em apreciar a música, seu estilo e sua forma, seu gênero e os instrumentos usados juntos da interpretação vocal.

Souza (2006) declara que devemos encarar a música como uma linguagem cujo conhecimento se constrói, não apenas como um produto pronto ou como uma proposta de reprodução. Com os pequenos, deve ser trabalhada no sentido de fazê-los sensibilizar, observar, ouvir e refletir sobre os diferentes sons que os cercam, sejam eles da natureza ou produzidos pelo homem. A autora acima expõe alguns conteúdos que podem ser trabalhados com crianças de três a seis anos, como por exemplo: som e silêncio, pulso, ritmo, compasso, sons graves e agudos, duração, intensidade, timbre, jogos e brincadeiras que envolvam dança e improvisação musical, repertório de canções, escuta de obras diversas, informação sobre a obra ouvida e seus compositores.

Para o desenvolvimento do conhecimento acerca da música, Souza (2006) afirma que o trabalho deve ser desenvolvido a partir da organização de atividades centradas na *produção* – improvisar músicas, compor, interpretar, explorar os sons e o silêncio, reconhecer diferentes características geradas pelos sons, produzir instrumentos musicais, utilizar variados sons e diferenciá-los – na *apreciação* – audição e percepção do som e do silêncio buscando desenvolver a capacidade de observação, análise e reconhecimento – *no repertório* – ouvir

músicas tanto infantis com de outros gêneros musicais como erudita, jazz, folclórica etc. – e na *reflexão* – conversar sobre as músicas ouvidas, significados delas, quem fez, sua vida, sua produção e outros.

Já para a estudiosa Lino (2006) a música, como qualquer outra disciplina, tem uma trajetória de desenvolvimento que deve ser construída pela criança, junto com o professor – que deve conhecer, respeitar e promover atividades significativas que se adaptem ao desenvolvimento das crianças. Segundo ela, o trabalho pedagógico deve possibilitar um ambiente de descoberta e revelação dos imaginários infantis, buscar estruturar experiências no dia-a-dia da sala de aula. A música deve ser desenvolvida na sua amplitude, incluindo compor, improvisar, explorar o corpo e objetos como instrumentos musicais, conhecer músicas diferentes, identificar, escutar sons, tocar, movimentar-se no espaço, apreciar, refletir, participar, enfim pensar e produzir música. Quando a música na escola é direcionada apenas a cantar musiquinhas nas festas da escola ou para sentar, ou na hora do lanche, ela é limitada e acaba se tornando monótona para a criança.

A aprendizagem musical deve ser considerada do ponto de vista da criança, propondo a compreensão da linguagem musical a partir da reconstrução que ela realiza. Nesse sentido, a aprendizagem é assegurada pela estruturação cognitiva das hipóteses espontâneas que a criança constrói quando elabora seu conhecimento musical. Pensando assim, resgatamos o papel da criança como construtora de conhecimento e autora de seu próprio discurso, do professor como interventor no processo educativo e da escola como o lugar deste acontecer lúdico, mediado pelo ser afetivo e social que é a criança. (LINO, 2006, p. 68)

Sabendo que a música e a musicalização são elementos contribuintes para o desenvolvimento da inteligência e a integração do ser, e que a música é um bem cultural, entende-se que seu conhecimento não deve ser privilégio de poucos. Por isso, as atividades musicais realizadas na escola não visam a formação de músicos, e sim, através da vivência e compreensão da linguagem musical, facilitar a expressão de emoções, ampliando a cultura geral e contribuindo para a formação integral do ser, oportunizando a convivência com os diferentes gostos e saberes.

Sendo assim, Lino (2006) explica que não se pode esquecer de alguns passos importantes na educação musical como: cantar para o bebê pois a voz humana acarreta uma maior fluência na musicalidade infantil; repetir os sons que o bebê produz enquanto fonte preciosa de comunicação e desenvolvimento da musicalidade; imitar sons ou ruídos que aparecem no meio ambiente do bebê;

inventar canções para o bebê; colocar a criança em contato com um ambiente social, promovendo a escuta de diferentes vozes, sons, ruídos e músicas; cantar e dançar com elas.

Além disso, a autora referida no parágrafo acima menciona o professor como figura importante para ajudar as crianças a gostarem de música. É importante que o professor fique atento à sua expressão musical, ao uso de corpo na sala de aula, à maneira como canta, como se comunica. Convém lembrar se cada vez que ele cantar, ficar envergonhado, com raiva, se achar a voz feia e canta quase que morrendo, como pretenderá que as crianças gostem de cantar.

Assim, Lino (2006) relata que as experiências com musicalização devem ser significativas, por isso é importante ter um canto dedicado à música em que os alunos possam colecionar e guardar objetos sonoros e músicas para dividir com a turma; ter uma discoteca com diferentes CDs, equipamentos de som e livros musicais; planejar um momento diário para a realização de uma atividade musical; oferecer uma atividade diária de relaxamento e apreciação musical, enfim criar rotinas para que a criança possa ter oportunidades especiais e marcantes com música. Respeitável também é o desafio de memorizar músicas, provérbios, parlendas; convidar músicos e artistas da comunidade para realizar conversas com as crianças; ouvir música de todos os estilos; convidar os alunos para desenhar ou grafar os sons que ouvem (em casa, na escola, no banheiro, na cozinha). É necessário dar músicas diferentes às crianças, pois o repertório infantil deve ser ampliado através do canto e audição de músicas em diferentes línguas, estilos e compositores.

Podemos realizar a escuta dirigida (onde o professor propõe as músicas que serão ouvidas); momentos de escuta da natureza (onde aguçamos os ouvidos infantis no reconhecimento destas sonoridades); momentos de livre escuta (quando as crianças se familiarizam com as sonoridades de seu ambiente); momentos de audição de música infantil; momentos para vivenciar outras músicas (feitas por gente grande também, a fim de que as crianças possam ir conhecendo as diferentes expressões musicais desenvolvidas através das civilizações). (LINO, 2006, p. 81)

Pires (2008, p. 57) também considera importante para a criança ter acesso a diferentes estilos musicais (samba, rock, chote, forró, clássicos) porque assim há o incentivo pelo respeito às diversas culturas e há um aumento da capacidade de observação. Para ela, com crianças menores de dois anos é possível

realizar momentos agradáveis com auxílio da música durante o banho, no sono, na troca de fralda. A representação que a criança fará da música está diretamente ligada ao afeto sentido na interação com o adulto. A autora expressa ainda que outra forma de estimular crianças pequenas é fazer com que usem o próprio corpo como forma de expressão: bater palmas, pés no chão, sentar, pular, girar ao som de músicas alegres favorece o desenvolvimento intelectual da criança. Ao estimular a atenção ao escutar música, proporcionamos à criança um desenvolvimento da escuta, que embora não seja fácil num primeiro momento, é necessário para preparar os pequenos para a apreciação musical.

Quando fala sobre brincadeiras para estimular a musicalização, Pires (2008) conta que a criança precisa explorar diferentes possibilidades dos instrumentos musicais: "... precisa perceber que, ao tocar com força, um som é emitido, ao tocar com sensibilidade outra sonorização pode ser tirada dele. Somente depois de ter explorado e conhecido as diversas possibilidades de som dos instrumentos musicais é que se deve incentivar a criação musical" (PIRES, 2008, p. 58).

Tocar com força, tocar de leve, observar os diferentes sons que são emitidos dos instrumentos, adivinhar os sons que saem dos instrumentos, conhecer os instrumentos e que sons produzem são atividades atrativas. Além disso, ficar em silêncio, cantarolar, assoviar, estalar os dedos, devem ser considerados como música. Esses simples aspectos proporcionam a valorização e identificação de cada criança com as mais diferentes formas e de criar música e proporciona à ela descobrir com qual ela mais se identifica.

Percebe-se então que a educação musical é um importante mediador do desenvolvimento da criança nas suas habilidades físicas, mentais, verbais, sociais e emocionais. Na educação infantil é importante que os conteúdos sejam desenvolvidos em forma de projetos, brincadeiras e jogos. O educador é mediador e estimulador, já que a criança aprende pela própria ação, mediante observações, tentativas e experiências. Através da música pode-se desenvolver projetos de trabalho de acordo com a necessidade e o interesse dos alunos, sendo que para a musicalização na educação infantil é relevante que o professor trabalhe através de grupos, crie com as crianças coreografias, solicite opiniões e sugestões em conjuntos, estimule as crianças a escolher as músicas que irão cantar, encaminhe o aluno à cooperação e às trocas sociais, vivencie sentimentos.

Portanto, não se pode deixar de frisar que a música exerce influências sobre a criança e seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo. Por isso é inegável que ela esteja presente na educação e seja trabalhada e incentivada desde os primeiros anos de vida, proporcionando aos pequenos uma forma de viver e aprender a partir de momentos significativos e lúdicos, contribuindo para uma educação de qualidade desde muito cedo.

5. CONCEITUANDO A PESQUISA

Por tratar-se de um estudo vinculado às ciências humanas – que por sua vez destinam-se ao estudo do comportamento humano e social – a pesquisa classifica-se como qualitativa enquanto termos de abordagem.

Segundo Chizzotti (2001), uma pesquisa qualitativa fundamenta-se na questão de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um vínculo entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. Justifica-se assim, enquadrar-se como abordagem qualitativa, sendo uma pesquisa em que todos os fenômenos e pontos analisados são igualmente importantes, tendo como centro das análises e interpretações os conceitos e experiências relatadas. Sendo assim, segundo Triviños (1987) uma pesquisa de abordagem qualitativa não toma como objetivo quantificar, mas sim investigar a realidade pesquisada buscando melhorar a qualidade de vida que envolve os objetos de pesquisa.

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi estritamente bibliográfica, utilizando-se de revisão de literatura em obras pertinentes ao assunto abordado. Optou-se por este método porque uma boa investigação científica requer um referencial teórico que só pode ser obtido em uma bibliografia composta de obras de referência e de trabalhos recentes sobre a matéria. O método utilizado foi o bibliográfico, que, segundo Karam (2010, site) busca elucidar um problema a partir de referências teóricas de obras ou documentos que se relacionam com o tema pesquisado.

Este trabalho seguirá na linha de pesquisa da educação e arte, explorando os meios de utilização da música como método de ensino, como recurso no auxílio à aprendizagem e dinamização das aulas, além dos meios pedagógicos de ensino. A referida linha trata de princípios teóricos e metodológicos sobre educação e arte, linguagens artísticas e suas relações com a prática pedagógica.

Visando estabelecer uma relação entre Música e Arte Educação, surge a questão norteadora nosso estudo: descobrir como um professor de Arte pode trabalhar com música na educação infantil, tendo como objetivo geral analisar de que forma podem ser desenvolvidas experiências de musicalização com crianças na Educação Infantil e como objetivos específicos: conceituar e caracterizar a música

na Educação Infantil; discutir o conceito de musicalização; compreender como acontece o processo de musicalização na infância.

A fim de proporcionar maior familiaridade com o problema proposto, a pesquisa aconteceu através de levantamento de dados assim como a referida revisão bibliográfica, quesito indispensável em qualquer trabalho científico, que tem por finalidade formular o embasamento teórico do trabalho, assegurando também as informações básicas necessárias à investigação e análise do estudo. Desta forma, a referencia bibliográfica contou com pesquisa e investigação em livros, revistas, sites, blogs e outros relacionados com a área da Educação.

Para os relatos de experiências, foram pesquisadas inúmeras narrativas de professores, as quais contavam atividades desenvolvidas por eles que envolveram musicalização na Educação Infantil – retirados de livros, revistas, blogs ou relatos escritos de professores ou estudiosos da área da Educação. Entretanto, para que a pesquisa não se tornasse muito ampla, fez-se a seleção de quatro deles para descrever e analisar. Selecionadas as atividades, passou-se para a análise qualitativa das mesmas, tendo como suporte teórico, entre outros, autores como: Oliveira (2002), Pillotto (2001), Pires (2008), Lino (2006), Garcia (2000), Iavelberg (2003) e Brito (2006).

De acordo com Lakatos e Marconi (1991) analisar significa estudar, interpretar, dividir. É o processo de conhecimento de determinada realidade e o posterior exame de seus elementos, a fim de estudá-los inteiramente, com o intuito de estruturar as idéias. “Mesmo com dados válidos é a eficácia da análise e da interpretação que determinará o valor da pesquisa” (Lakatos e Marconi, 1991 p. 169). Portanto, através da análise de dados examina-se os componentes do conjunto estudado, percebendo suas relações com o tema e o problema proposto.

6. EXPERIÊNCIAS E SUGESTÕES

No campo das artes, onde se trata muito do subjetivismo, surgem propostas, sugestões, projetos, mas sempre surgem dúvidas ao tentar escolher formas que parecem ser as certas, ou seja, que realmente chamem atenção dos alunos e é significativo para eles, capaz de possibilitá-los aprender novos conteúdos e ensinamentos.

Mesmo após muito empenho e dedicação, muitos são os educadores (de diversas áreas) que se questionam, talvez sem nunca encontrar respostas satisfatórias às suas indagações, sobre o real produto de todo o processo criado por eles a fim de guiar os alunos pelo caminho da assimilação de determinado conteúdo. Tentando diminuir essa ânsia, depois da teoria, é que apresenta-se agora algumas experiências musicais significativas encontradas em livros, revistas e sites relacionados à Educação Musical. São experimentos para que os professores realizem com seus alunos, adaptando, aperfeiçoando, renovando, atualizando conforme seus recursos didáticos. São apenas sugestões de como trabalhar com música a partir da expressão infantil, de jogos, brincadeiras, audição, escuta, e claro a partir da sua matéria-prima: o som. Sem esquecer que o objetivo principal é abrir os ouvidos da criança para as nossas músicas, de seu ambiente ou de outros povos.

6.1 Escravos de Jó

SUGESTÃO DE IDADE: a partir de 4 anos.

ESPAÇO: Sala de atividades, pátio ou jardim.

MATERIAL: pedras, caixinhas de fósforo, copos de iogurte vazios ou outros objetos que façam sons.

OBJETIVO: Desenvolver o ritmo, aprimorar a linguagem oral e o repertório musical.

DESENVOLVIMENTO: Em círculo, sentados no chão, tendo cada um uma pedra ou outro objeto. Escravos de Jó/ Jogavam caxangá: as pedras são passadas da esquerda para a direita, em movimentos regulares e sucessivos que acompanham o tempo forte da música. Tira, põe / Deixa ficar: com uma pedra na mão, cada participante realiza exatamente o que a letra sugere. Guerreiros com guerreiros/

Fazem zique, zigue, zá (bis): as pedras seguem novamente para a direita, mas, quando chega o “zique, zigue, zá”, fazem um z: pegam a pedra no primeiro “zique”, voltam para a esquerda no segundo, seguindo para a direita no “zá”. Aqui está a letra da música:

*Escravos de Jó
Jogavam caxangá
Tira, põe
Deixa ficar
Guerreiros com guerreiros
Fazem zique, zigue, zá (bis)*

A Canção de Ghana é um jogo musical proveniente de Ghana, na África, e guarda semelhanças com o nosso Escravos de Jô, tanto por ser com pedras quanto por sua estrutura melódica e rítmica e segundo a autora também pode ser desenvolvida do mesmo modo do Escravos de Jô, porém com a sua letra:

*Oh o bon so ni sab nya na
Oh bon so ni sab
(Nós somos crianças e estamos brincando com pedras)*

Esta proposta foi sugerida no livro *Música na Educação Infantil: propostas para a formação integral da criança* (BRITO, 2003, p. 125) que apresenta atividades com brinquedos de roda. Cabe lembrar que esta música – Escravos de Jó – é um brinquedo tradicional brasileiro, realizado comumente como um jogo com pedras, caixas de fósforos, sementes etc., que são passadas de um em um, acompanhando as indicações da letra.

A atividade apresenta uma possibilidade de prática pedagógica que articula princípios da arte, educação, música e cotidiano, utilizando uma linguagem simples e lúdica, estimulando a percepção e observação das crianças. Como se sabe, os brinquedos e as brincadeiras são indispensáveis para a criação da situação imaginária na infância. Sendo que este exercício envolve batidas, ritmo e canto, certamente essas situações vivenciadas, nas cantigas, nas rodas infantis, nas lendas, brincadeiras, e nos jogos constituirão o banco de dados de imagens culturais que serão úteis nas situações reais vividas pela criança ao longo de sua vida.

Propõe-se aqui o descrito no Caderno Pedagógico da UDESC: “É necessário estimular o processo musical através das brincadeiras de rodas, no

aprender canções, no ouvir música, nos brinquedos cantados, no mostrar e explicar as notas musicais” (2003. p. 42). No entanto, nota-se que este tipo de exercício relaciona-se também com o exposto por Campos e Krzesinski (2006), quando dizem que as crianças gostam de acompanhar as músicas com movimentos do corpo, tais como palmas, sapateado, dança e a partir dessa relação entre movimentos e sons ela começa a construir seu conhecimento sobre a música, explorando e descobrindo sons. Pode-se dizer então que este tipo de trabalho é lúdico, faz com que as crianças sintam-se à vontade para cantar, pois não é algo forçado ou decorado às pressas, além de possibilitar uma interação entre o grupo de colegas e desenvolver o senso rítmico.

6.2 Vamos cantar

SUGESTÃO DE IDADE: a partir de 4 anos.

ESPAÇO: Sala de atividades, pátio ou jardim.

MATERIAL: Retângulos de cartolina de 15 x 11 cm, tesoura e cola

OBJETIVO: Desenvolver o ritmo, criar paródias, aprimorar a linguagem oral

DESENVOLVIMENTO: Recorte as ilustrações e cole-as nas fichas de cartolina. Coloque todas as fichas dentro de um saco de pano. Faça uma roda com as crianças e cantem uma música enquanto o saco é passado de mão em mão. Quando a música acabar, a criança que estiver com o saco deve sortear uma ficha e cantar uma música que contenha a palavra ilustrada. Todos devem cantá-la, passando o saco até a música acabar de novo. Dica: Você pode criar outros cartões com desenhos ou imagens recortadas de revistas Sugestões de canções para as ilustrações:

-Casa: Fui morar numa casinha...; Era uma casa muito engraçada

-Sapo: O sapo não lavo o pé

-Peixe: Caranguejo não é peixe; Peixe vivo

.Índio: 1,2,3 indiozinhos

Esta experiência foi localizada no blog da professora Verônica Ferreira, na qual ela relatou uma atividade de apreciação. O objetivo desta atividade é o aumento de repertório de canções para o desenvolvimento musical. De forma

autônoma e divertida cada criança será capaz de conhecer e comunicar-se melhor, além de poder integrar movimentos às canções. É importante que o professor garanta que todas as crianças possam cantar suas canções, mesmo que não sejam todas em uma única atividade.

Assim explica Pires (2008, p. 6):

Cantar e acompanhar uma música com gestos, palmas e danças favorece à criança o desenvolvimento do senso rítmico e da coordenação motora. Ao se expressar musicalmente diante de outras crianças, ela afirma sua identidade, estabelece relações afetivas, desenvolve sua autoestima, aceita suas capacidades e limitações, reconhece e valoriza as diferenças.

Com base nas imagens, pode-se fazer perguntas como: “Que som faz esse animal”, “Como é o barulho do trovão” ou “Como esse pássaro canta;” e deixe as crianças brincarem livremente. Com diversos sons como de natureza, de bichos, transportes, pedir para as crianças deitarem no chão fecharem os olhos por algum tempo e prestarem atenção aos sons que podem ouvir. Depois, conversar com elas sobre o que puderam escutar, diferenciando os sons e identificando os mesmos.

Este tipo de trabalho está de acordo igualmente com os objetivos destacados no Referencial Curricular para a Educação Infantil (1998) que afirma que as crianças devem desenvolver capacidade de ouvir, perceber e discriminar eventos sonoros diversos, fontes sonoras e produções musicais; brincar com a música, imitar, inventar e reproduzir criações musicais. Bem como se enquadra no estudado por Souza, (2006, p.15). “são conteúdos a ser trabalhados nas classes de Educação Infantil: som e silêncio, pulso, ritmo, compasso, sons graves e agudos, duração, intensidade, timbre, jogos e brincadeiras que envolvam dança e improvisação”. Assim, entende-se que a partir de atividades lúdicas e produzidas com materiais simples, a criança será capaz de desenvolver sua sensibilidade, seu senso de escuta musical, expressar-se musicalmente, além de ampliar seu repertório musical.

Mas não pode-se esquecer que na educação infantil, a criança ainda não tem capacidade de concentrar-se para ouvir músicas longas. Sendo assim, as músicas devem ser apresentadas por meio de histórias, dramatizações, jogos e brincadeiras, motivando sua participação, prevendo ações como: a escuta de músicas e diferenciação de som e silêncio, a expressão corporal em diferentes

ritmos musicais, cantar em diversas alturas e intensidades, explorar sentimentos através da música, criação musical livre e também com regras.

Todos esses objetivos podem ser alcançados ao desenvolver-se atividade como esta, que busca não apenas estimular a cantar, mas também a aprender a ouvir e diferenciar o som do silêncio.

6. 3 As caixas de som de Maria Montessori

SUGESTÃO DE IDADE: a partir de 4 anos.

ESPAÇO: Sala de atividades, pátio ou jardim.

MATERIAL: latas, tinta, objetos para colocar dentro das latas (sementes, botões, pedras etc.)

OBJETIVOS: Esta é uma atividade que objetiva desenvolver audição e a observação musical.

DESENVOLVIMENTO: Consiga 12 latinhas (ou caixinhas) e pinte seis de vermelho e seis de azul, de tal forma que não seja possível ver o que tem dentro. No primeiro par (azul e vermelho) não coloque nada, no segundo em diante vá colocando objetos variados, como feijão, pedrinhas, botões, pregos. Misture as latinhas, a criança tem que sacudi-las e descobrir, através do som, a lata vermelha correspondente a lata azul. Para ficar mais difícil, a criança tem que arrumar os pares formando uma escadinha de som, ou seja, indo do mais grave para o mais agudo.

Estudada a partir do blog Oficinas de Música, onde há diversas sugestões de atividades para musicalização na educação infantil, esta atividade proporciona aos pequenos um contato com a música de maneira divertida. A proposta se mostrou bem interessante por fazer uso de materiais do cotidiano das crianças, em que elas mesmas poderão trazer de casa objetos para construir os chocalhos. Essa atividade envolve noções de classificação e seriação, elementos essenciais na musicalização que foram abordados de um jeito interativo e lúdico.

Sendo assim, a atividade nos remete ao que está descrito no Caderno Pedagógico da UDESC:

Na área da música é importante tratar sobre os elementos básicos como melodia (diferentes alturas), dinâmica (diferentes intensidades), ritmo (diferentes durações) e timbre (que está na voz de quem canta ou no instrumento tocado). Todos devem ser trabalhados a partir de escutas e observações comentadas. (2003. p. 55)

A partir das latinhas, pode-se depois criar composições com as crianças, colocar diferentes músicas para elas acompanharem o ritmo e a melodia com o chacoalhar das latas. No PCN há citação que diz que é importante na educação musical: “identificação de instrumentos e materiais sonoros associados a idéias musicais de arranjos e composições” (BRASIL, 2000, p. 79), como apreciação significativa em música, escuta, envolvimento e compreensão da linguagem musical.

Este tipo de atividade relaciona-se com o exposto por Pires (2008) quando conta que a criança precisa explorar diferentes possibilidades dos instrumentos musicais:

“[...] precisa perceber que, ao tocar com força, um som é emitido, ao tocar com sensibilidade outra sonorização pode ser tirada dele. Somente depois de ter explorado e conhecido as diversas possibilidades de som dos instrumentos musicais é que se deve incentivar a criação musical” (PIRES, 2008, p. 58).

Desta forma, nota-se quão necessário se faz envolver as crianças em atividades com materiais e/ou instrumentos diversos, buscando apreciar e descobrir os sons que os mesmos podem produzir. Tão importante quanto, é incentivar os pequenos a explorarem seu próprio corpo para emitir sons e criar composições simples (sejam elas inventadas em grupo ou individualmente).

6. 4 A história do ratinho

SUGESTÃO DE IDADE: a partir de 5 anos.

ESPAÇO: Sala de atividades, pátio ou jardim.

MATERIAL: corpo e voz das crianças

OBJETIVOS: Esta é uma atividade que objetiva desenvolver noções de composição e apreciação musical.

DESENVOLVIMENTO: Narração da autora:

“A história do ratinho, por exemplo foi uma composição que surgiu numa aula em que Constança trouxe um ratinho de corda. Ela participava de um grupo de musicalização com crianças de três a quatro anos. Costumávamos cantar bastante, improvisar e inventar músicas. Naquele dia, o ratinho fez sucesso: ele corria de um lado para outro, batia nos móveis, girava o rabinho, divertindo a todos. Quando por fim, o ratinho “sossegou”, fizemos nosso círculo e sentamos no chão, como costumamos fazer, para conversar um pouco, ouvir as novidades, cantar.

Então, perguntei ao grupo se alguém sabia cantar alguma canção que falasse de ratinhos, e Gabriel logo sugeriu que inventássemos uma. “Boa ideia!”, respondi. “Mas como?” Ele então saiu cantando:

Era um ratinho que andava, que andava...

Seu canto fluiu naturalmente, definindo não só a primeira frase, mas o desenho básico da melodia. A partir daí, todo o grupo se envolveu na construção da canção que, primeiro descreveu o brinquedo, com suas propriedades reais, e depois deu asas à imaginação, integrando até mesmo os conhecimentos que as crianças já tinham sobre os roedores: onde moravam, o que comiam, a eterna perseguição do gato, etc.

Trabalhamos juntos até a definição da canção, pois, como é natural nessa idade, o grupo foi aumentando o caso, incluindo muitas comidas para o ratinho, para o gato e o cachorro. Chegar a uma forma equilibrada e fácil de memorizar por todos foi uma conquista coletiva, com a minha ajuda. Eu conversava com eles a esse respeito, até que concluíram que a música estava muito comprida e que não era preciso falar tanta coisa!

*Era um ratinho que andava, que andava
Era um ratinho que rodava, que rodava
Era um ratinho que batia nas coisas
Ele era branquinho e girava o rabinho*

*Morava numa casa que ficava na parede
Comia muito queijo e também muitas frutas
Mas um belo dia apareceu um grande gato
Que mordeu o rabo do rato, então o rato fugiu*

*E assim acaba a história
Do ratinho branco
Que a Constança trouxe aqui
Pra gente conhecer*

*E assim acaba a história
Do ratinho branco
Que a Maria Eduarda trouxe aqui
Pra gente conhecer*

Observação: alguns dias depois, Maria Eduarda levou à escola um ratinho igual ao da Constança – foi nesse momento que seu nome passou a integrar a letra da canção. “Compositor é quem ‘composiciona’ a música”, disse-me uma criança do grupo! “É quem faz a música”, completou outra criança. “

Esta experiência foi apresentada no livro *Música na Educação Infantil: propostas para a formação integral da criança* (BRITO, 2003, p. 137) que propõe atividades de composição musical com as crianças. A história do ratinho, conforme o relato acima, foi um trabalho que envolveu todo o grupo. Foi uma composição com um efetivo sentido de permanência, que todos sabem cantar e não esquecem pois todos participaram da sua construção, tomando como ponto de partida um objeto que foi muito significativo no momento para os pequenos aprendizes: um rato de brinquedo.

Com este tipo de processo educativo proporcionado pela professora, fica claro que os alunos encontraram uma grande probabilidade de absorver os conteúdos e temas trabalhados de forma significativa, pois vivenciaram o processo, utilizaram, para construir o trabalho um tema do cotidiano deles, que era de fácil acesso e que estava ao alcance do universo cognitivo de cada um, e a professora assumiu uma postura que incentivou os alunos a se dedicarem ao processo, não limitando suas ações e percepções. O que é mais importante neste exemplo, é as crianças entenderam o que era compor, e quem era um compositor, e esta música se colocou ao lado de outras canções que o grupo havia aprendido a interpretar, sabendo que foram criadas por outros compositores, ainda que não fossem eles.

O PCN afirma que: “para que a aprendizagem da música possa ser fundamental na formação de cidadãos é necessário que todos tenham a oportunidade de participar ativamente como ouvintes, intérpretes, compositores e improvisadores, dentro e fora de sala de aula” (BRASIL, 2000, p. 77). Com certeza,

as crianças que são estimuladas em sala de aula, não terão vergonha de expressar-se também fora dela.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa buscou-se dialogar sobre a Musicalização na Educação Infantil, estudando sobre as formas como as crianças se apropriam da música, de que maneira a música contribui para o desenvolvimento da educação e da criança, e qual o significado da Educação Infantil na vida da criança. Pode-se afirmar que a Educação Infantil em nosso país seguiu uma trajetória que contribuiu muito à educação das crianças de zero a seis anos de idade, visto que a educação das crianças deixou de ser materna-familiar, para tornar-se pedagógica.

Entende-se que a música está presente no dia-a-dia de muitas pessoas, às vezes como pano de fundo para algo que estamos fazendo, outras vezes como companhia pois pode-se escolher, em certos momentos, ter a música presente para relaxar, para lembrar cenas ou pessoas, até mesmo para que ela sirva de inspiração ou um passatempo. Além disso, é considerada uma prática cultural entre homens de todas as épocas, é um elemento interessante e interativo na educação,

Assim como os adultos, as crianças conseguem perceber sons e se expressar por meio deles desde os primeiros meses de vida. Por desenvolver outras capacidades, como sensibilidade, intuição, reflexão, criatividade, coordenação motora, dicção e ritmo, é importante começar a educação musical desde o berçário. Quanto mais elas têm oportunidade de comparar as ações executadas e as sensações obtidas através da música, mais a sua inteligência, os seus conhecimentos vão se desenvolvendo.

As atividades musicais podem oferecer inúmeras oportunidades para a criança aprimorar sua habilidade. O professor pode incentivar os pequenos a cantar, além de educá-los musicalmente ao brincar com a voz, explorando possibilidades diversas como imitar ruídos e os sons de animais, de trovão etc. É essencial ter em mente que o educador atua como modelo e deve incentivar bons hábitos, como respirar tranquilamente e manter-se relaxado e com boa postura, além de não gritar ou forçar a voz.

Ficou claro que os professores de Artes e também os da E.I estão amparados por leis educacionais ou referenciais curriculares para tratar deste conhecimento em sala de aula e que o ensino-aprendizagem na área da música vem recebendo influências das teorias em sintonia com procedimentos pedagógicos

contemporâneos. Amplia-se o número de pesquisas sobre o pensamento e as ações musicais que podem orientar os educadores e gerar contextos significativos de ensino-aprendizagem, que respeitem o modo de perceber, sentir e pensar em bebês e crianças. Ao considerar as diferentes habilidades, a escola está dando oportunidade para que o aluno se destaque em pelo menos uma delas, ao contrário do que acontece quando se privilegiam apenas as capacidades lógico-matemática e lingüística. Além disso, na avaliação é preciso considerar a forma de expressão em que a criança melhor se adapte.

Com base nos pontos analisados fez-se também necessário para o desenrolar da pesquisa, analisar questões reais vivenciadas em sala de aula, onde constatamos que na prática os professores conseguem propiciar aos educandos aprendizagens relativas à área da música nas aulas de Arte. Diante disso, sobre as atividades aqui relatadas, percebeu-se que foram realizadas com embasamento teórico, seguindo uma trajetória coerente com o desenvolvimento das crianças. Acredita-se que vivências de atividades musicais possibilitam um satisfatório desenvolvimento das potencialidades infantis.

É importante destacar, no entanto que trabalhar com musicalização na educação infantil vai além de utilizar músicas para alegrar o ambiente, o lanche ou enfeitar uma comemoração na escola. A musicalização é um momento lúdico e não visa a formação de músicos, mas a vivência da linguagem musical, a abertura da sensibilidade, expressão de emoções, ampliação da cultura, formação integral do seu ser. Cabe lembrar que o papel do professor aqui é aprender música para ensinar música, despertar sua musicalidade, ter contato com instrumentos musicais, explorá-los, para assim estimular seus alunos e instruí-los da melhor forma possível.

Neste sentido, torna-se evidente que um professor de Artes apresenta condições de trabalhar música na Educação Infantil. No entanto, para que isso ocorra é importante ressaltar o caráter criador e de pesquisador do mesmo. Trata-se da necessidade de buscar elementos disponíveis na realidade circundante que contribuam para o enriquecimento da aprendizagem artística de seus alunos: imagens, textos, materiais, locais apropriados etc. para que as tarefas desenvolvam-se da melhor maneira possível. Outrossim, nestes momentos a música é um estimulante natural e contribui com as outras linguagens de ensino, cativando crianças e professores, o que a torna importante dentro do ambiente escolar.

Compreende-se assim a necessidade de que sejam explorados os sentidos e as sensações que as artes são capazes de causar, investigando o processo que os alunos passaram e o benefício que isto pode lhes ocasionar.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 48 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 116 p.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte** / Secretaria de Educação Fundamental – 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 130 p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2010.

BRITO, Teca Alencar de. **Música na Educação Infantil**: Propostas para a formação integral da criança. 2 ed. São Paulo: Fundação Pierópolis, 2003. 204 p.

CADERNO PEDAGÓGICO. Universidade do Estado de Santa Catarina. **Arte e Desenvolvimento Infantil**. Florianópolis, 2003. p. 75.

CAMPOS, Silmara Streit de; KRZESINSKI, Mazilda Teresinha da Silva. **A importância da linguagem musical para a aprendizagem da criança**. Revista de divulgação técnico-científica do ICPG. Vol .2, p. 115-119. janeiro a junho de 2006.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil: leitura crítico compreensiva artigo a artigo**. 7ªed. Petrópolis –RJ: Vozes, 2002.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001. 164 p.

COLLI, Jorge. **O que é arte**. 48 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 116 p.

CRICIUMA. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Criciúma**: currículo para a diversidade: sentidos e práticas – Criciúma, SC: Secretaria Municipal de Educação, 2008. 233 p.

GARCIA, Regina Leite (Org.). **Múltiplas linguagens na escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 107 p.

IABELBERG, Rosa. **Para Gostar de aprender arte**: sala de aula e formação de professores. Porto Alegre: Artmed, 2003. 126 p.

KARAM, Henriete. Disponível em < <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/posteres/GT24-5802--Int.pdf> > Acesso em: 03 de novembro de 2010

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991. 270 p.

LINO, Dulcimarta Lemos. Música é cantar, dançar...e brincar!. In: CUNHA, Suzana Rangel Vieira da (Org). **Cor, som e movimento**: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. 132 p.

Música para os pequenos. Especial Guia Prático para Professores: Música 1 – tema Música na Educação. Cotia, São Paulo. Ed. Lua: nº 7, p. 9-10.

NOGUEIRA, M.A. **A música e o desenvolvimento da criança**. Revista da UFG – tema Infância. Goiás – ano VI, n.2, 2004.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002. 256 p.

PILLOTTO, Silvia Sell Duarte; SCHRAMM, Marilene de Lima Korting. **Reflexões sobre o ensino das artes**. Joinville, SC: Ed. Univille, 2001. 151 p.

PIRES, Gisele Brandelero Camargo. **Lúdico e Musicalização na Educação Infantil**. Indaial: Ed. Grupo Uniasselvi, 2008.

SOUZA, Aline Correa de. **Música, Movimento e Artes Visuais**. 1 ed. São Paulo: DCL, 2006. 217 p.

Site Blog Tia Lay. Disponível em < <http://tialay.blogspot.com/2007/10/atividades-para-criancas-3-anos.html> > acesso em 29 de setembro de 2010.

Site Blog Oficinas de Música. Disponível em < <http://oficinasdemusica.blogspot.com/2009/11/jogos-e-atividades-com-musica.html> > acesso em 29 de setembro de 2010.

Site Blog Verônica Ferreira. Disponível em < <http://inforum.insite.com.br/8928/6784078.html> > acesso em 29 de setembro de 2010.

Site Educar para Crescer. Disponível em < <http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/musica-escolas-432857.shtml> > acesso em 20 de outubro de 2010.

Site Folha de São Paulo. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u435147.shtml> > acesso em 20 de junho de 2010.

Site Planalto do Estado. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm > acesso em 20 de outubro de 2010.

Site Revista Escola. Disponível em< <http://revistaescola.abril.com.br/educacao-infantil/0-anos/ritmo-aprendizado-428207.shtml> >acesso em 26 de setembro de 2010.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

ANEXOS

ANEXO A - Lei que torna a música obrigatória

19/08/2008 - 08h56

Lula sanciona lei que torna música aula obrigatória

da Folha de S.Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem projeto de lei, aprovado na semana passada pela Câmara dos Deputados, que torna obrigatório o ensino de música dentro da área de artes em todas as escolas do país.

A Casa Civil informou que Lula vetou o artigo que previa que os professores tivessem formação específica na área. O texto da lei deve ser publicado na edição de hoje do "Diário Oficial" da União.

O Ministério da Educação tem posicionamento favorável à proposta, segundo Marcelo Soares Pereira da Silva, diretor de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica da pasta.

De acordo com Silva, a lei vale para os ensinos fundamental e médio, mas as definições sobre em quantos anos o ensino de música será ministrado e com que periodicidade, vão caber aos conselhos estaduais e municipais de Educação, em parceria com os governos locais.

Proposta pela senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), a obrigatoriedade do ensino de música foi defendida por artistas como Francis Hime e Daniela Mercury, em audiência com o ministro Fernando Haddad (Educação).

"A música é estratégica para o desenvolvimento da sociabilidade e tem uma enorme força de transdisciplinaridade", diz o compositor Felipe Radicetti. Ele cita estudos que mostram que o ensino de música tem impacto no aprendizado de disciplinas como matemática.

ANEXO B - Música em todas as escolas

03/04/2009 17:52

Música em todas as escolas

do site Educar para Crescer

Texto de Cynthia Costa e Juliana Bernardino

Conheça a lei que determina a obrigatoriedade do ensino de Música em todas as escolas do país até 2011

Segundo Sonia Regina Albano de Lima, diretora regional da Associação Brasileira de Ensino Musical, a música contribui para a formação integral do indivíduo

Escolas públicas e privadas de todo o Brasil têm até 2011 para incluir o ensino de Música em sua grade curricular. A exigência surgiu com a lei nº 11.769, sancionada em 18 de agosto de 2008, que determina que a música deverá ser conteúdo obrigatório em toda a Educação Básica. "O objetivo não é formar músicos, mas desenvolver a criatividade, a sensibilidade e a integração dos alunos", diz Clélia Craveiro, presidente da Câmara de Educação Básica do CNE (Conselho Nacional de Educação).

A música não será necessariamente uma disciplina exclusiva. Ela integrará o Ensino de Arte, como explica Clélia Craveiro: "Antigamente, Música era uma disciplina. Hoje não. Ela é apenas uma das linguagens da disciplina chamada Artes, que pode englobar ainda Artes Plásticas e Cênicas. Trabalharemos com uma equipe multidisciplinar e, nela, teremos um professor de Música. E cada escola terá autonomia para decidir como incluir esse conteúdo de acordo com seu projeto político-pedagógico".

Entenda outros detalhes sobre essa lei para que você possa compreender a aplicação dela na escola do seu filho.

ANEXO C - Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008.

Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA : Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 26.

.....

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.” (NR)

Art. 2º (VETADO)

Art. 3º Os sistemas de ensino terão 3 (três) anos letivos para se adaptarem às exigências estabelecidas nos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de agosto de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 19.8.2008

